

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

A LÓGICA DO MARTÍRIO E SOBREVIVÊNCIA PALESTINA EM CINCO CÂMERAS
QUEBRADAS

HUMBERTO DE MATOS PEZZET DE MELLO

RIO DE JANEIRO

2023

HUMBERTO DE MATOS PEZZET DE MELLO

A LÓGICA DO MARTÍRIO E SOBREVIVÊNCIA PALESTINA EM CINCO CÂMERAS
QUEBRADAS

Trabalho de conclusão de curso elaborado no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Ms^a. Danielle Christine Barros Tavares

RIO DE JANEIRO

2023

CIP - Catalogação na Publicação

D9191 DE MATOS PEZZET DE MELLO, HUMBERTO
A LÓGICA DO MARTÍRIO E SOBREVIVÊNCIA PALESTINA EM
CINCO CÂMERAS QUEBRADAS / HUMBERTO DE MATOS PEZZET
DE MELLO. -- Rio de Janeiro, 2023.
67 f.

Orientadora: DANIELLE CHRISTINE BARROS TAVARES.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2023.

1. NECROPOLÍTICA. 2. DIREITO E ARTE. 3.
SOBREVIVÊNCIA PALESTINA. 4. CONFLITO ISRAELO
PALESTINO. I. BARROS TAVARES, DANIELLE CHRISTINE,
orient. II. Título.

Humberto de Matos Pezzet de Mello

A LÓGICA DO MARTÍRIO E SOBREVIVÊNCIA PALESTINA EM CINCO CÂMERAS
QUEBRADAS

Trabalho de conclusão de curso elaborado no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Ms^a. Danielle Christine Barros Tavares

Data da Aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:



Prof^a. Ms^a. Danielle Christine Barros Tavares (orientadora) – FND/UFRJ

Prof. Dr. Manuel Eugenio Gándara Carballido – PPGD/UFRJ

Prof.^a Ms^a. Alline Schalcher Vaz Lordelo – PPGD/UFRJ

Prof. Gustavo Livio Dinigre Pinto – PPGD/UFRJ

Rio de Janeiro
2023

Aos meus pais e amigos que foram minha fortaleza.

AGRADECIMENTOS

É praticamente impossível iniciar qualquer tipo de agradecimento sem ser pela guia, direção e empatia da orientadora Professora Mestre Danielle Tavares. Agradeço também as gentis contribuições do Mestre Márcio Corrêa. Ambos, especialmente a primeira, foram cruciais para a realização deste trabalho. O compromisso assumido pela formação deste que vos escreve para sempre será lembrado e agradecido.

Além destas pessoas especiais, não posso não mencionar minha avó Zohar Pezzet, que na infância ensinou-me a ler e escrever, mas mais importante que isso, deu-me razões para entender os flagelos de todas as pessoas. Empatia é um termo jogado ao vento quando não é perseguido, mas esta matriarca ensinou-me desde o berço sobre as implicações de entender e amar as pessoas. É a ela a dedicatória mais pura e honesta que faço, por nunca me deixar relevar os sentimentos mais básicos que nos tornam humanos. De onde estiver, seu legado sempre será lembrado por este autor.

Não menos importante, meus pais Rosilene de Matos e Nelson de Mello, que proveram o melhor da educação e do caráter para motivar-me a escrever e seguir quaisquer que forem os anseios que tiver. Seus esforços foram fundamentais para a realização desta graduação e, para além disso, formar-me como pessoa instruída dos seus privilégios e deveres.

Agradeço também a muitos amigos e parentes que estiveram comigo nesta caminhada, como Wellington Praxedes, Arthur Monteiro, Valquimar Vieira, Tatiana Bossois, Matheus Palmeira, Luiz Ricardo Nemer, Fernanda Consentino, Renata Oliveira, Tuanny Silveira, Nathalia Oliveira, Isabella Duarte, Mariana Negreiros, Jéssica Cunha, Ismael Phillip, Tomaz Moreira, Aline Peixoto, Rafael Epifânio, Luciene Tatiana, entre tantos outros que não conseguiria encaixar em uma única página de agradecimento.

Registro também o notório suporte profissional de Camila de Oliveira e Souza e Dr. Szulim Majowca, que formaram uma rede de apoio eficiente para a conclusão deste trabalho.

A demora para esta conclusão é algo ainda em definição para este autor. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, para olhos distantes pode parecer algo inalcançável e amedrontador, mas este que vos fala não enxerga a Instituição deste jeito. A universidade sempre foi sinônimo

de lar e conforto, mesmo quando realizei dois anos de Comunicação Social, quando ingenuamente acreditava que diplomas solenes fossem justificar saberes que poderiam ser apreendidos independente destes. É do trabalho com design gráfico, viagens ao exterior, empregos voltados ao público, e até mesmo na constância da minha condição de servidor temporário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que me encontro como um ser capaz de entender a realidade política do meu arredor.

É a política que dirige os interesses tanto do mundo, quanto de mim. É da militância do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO/FND), que durante três anos fui diretor sócio-cultural, auxiliando os alunos “desviantes”, aqueles que perdidamente desovaram na bolha do Direito, que fui ampliando minha consciência política e cultural. Devo ao Cauby Cinema Clube, cineclubes criado em 2013, por mim, Joana Loureiro e Pedro Vinícius Ribeiro, a minha permanência e persistência para a continuidade dessa graduação.

É do desejo de ampliar as mentes acadêmicas, isoladas do Direito, com cinema e debates “extrajurídicos”, que mantive minha matrícula e persisti na conclusão desta etapa da vida. Por isso também que escrevo sobre o documentário. Relacionar obras de arte com a vivência acadêmica jurídica é uma paixão que persegue este autor há anos. Da nomeação do lobby da Faculdade Nacional de Direito como “Pátio Vinicius de Moraes” (nos idos de 2013), das honrosas sugestões da saudosa Professora Cecília Caballero na relação de Teoria Constitucional a épicos cinematográficos, até as três grandes Semanas Culturais que realizei, com nomes como Ferreira Gullar, Cecília Amado e até mesmo o cantor Fagner, pude trazer ideias novas a debates envelhecidos desta Faculdade. É a crença de que o Direito e a Arte devem conviver simultaneamente, que estimula o apetite deste autor para confrontar o conservadorismo latente deste corpo acadêmico.

Deixo o caminho aberto para críticas e reações a este trabalho, porque como diria a sábia Zohar Pezzet, “todo problema é pouco, quando há uma meta no caminho”. A meta aqui é a conclusão desta graduação, ao mesmo tempo que é trazido um importante questionamento sobre a sobrevivência de um povo desprovido de pátria, recursos financeiros e visibilidade.

Esta monografia é dedicada ao povo palestino, para quem digo: continuaremos a luta pela liberdade.

[...]
“E quem sabe, então
O Rio será
Alguma cidade submersa
Os escafandristas virão
Explorar sua casa
Seu quarto, suas coisas
Sua alma, desvãos
Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização
Não se afobe, não
Que nada é pra já”
[...]

(Chico Buarque)

RESUMO

DE MATOS PEZZET DE MELLO, Humberto. **Lógica do martírio e sobrevivência palestina em cinco câmeras quebradas**. 2023. 68 p. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O presente trabalho de conclusão de curso de graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem como tema a resistência e sobrevivência palestina à necropolítica e como o objeto o documentário palestino “Cinco câmeras quebradas”, produzido por Emad Burnat e Guy Davidi. O objetivo do trabalho é o de demonstrar como as categorias trabalhadas por Mbembe se colocam na prática, a partir da arte, precisamente nesta produção audiovisual. Sob o enfoque da Teoria Crítica em Direitos Humanos, é visibilizado o ponto de vista do conflito daqueles que se colocam em resistência aos ataques e são violados em todas as esferas da vida. Com a revisão bibliográfica e análise do documentário, é realizada uma abordagem qualitativa. No primeiro capítulo, serão expostas as bases teóricas que consolidam o estudo aprofundado do documentário e no segundo, por meio do método dedutivo, serão destrinchados os aspectos da realidade palestina que se demonstram na política da morte e na lógica do sobrevivente.

PALAVRAS-CHAVE: Palestina; Necropolítica; "Cinco câmeras quebradas"; lógica do mártir e do sobrevivente.

ABSTRACT

DE MATOS PEZZET DE MELLO, Humberto. **Martyrdom Logic and Palestinian Survival in Five Broken Cameras**. 2023. 68 p. Final Paper in the course of Law - Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The present work for the conclusion of the graduation course in Law at the National Faculty of Law of the Federal University of Rio de Janeiro has as its theme the survivors of necropolitics and as its object the Palestinian documentary “Five Broken Cameras”, produced by Emad Burnat and Guy Davidi. The objective of the work is to demonstrate how the categories worked by Mbembe are put into practice, from the point of view of art, precisely in this audiovisual production. Under the focus of the Critical Theory in Human Rights, the point of view of the conflict of those who put themselves in resistance to attacks and are violated in all spheres of life is made visible. With the bibliographic review and analysis of the documentary, a qualitative approach is carried out. In the first chapter, the theoretical bases that consolidate the in-depth study of the documentary will be exposed and in the second, through the deductive method, the aspects of Palestinian reality that are demonstrated in the politics of death and in the logic of the survivor will be unraveled.

KEYWORDS: Palestine; Necropolitics; "Five broken cameras"; martyr's logic; survivor's logic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AS LENTES TEÓRICAS: POLÍTICA DA MORTE	14
1.1 Necropoder e biopoder	14
1.2 Soberania e Estado de Exceção	18
1.3 Lógica do mártir e Lógica do sobrevivente	22
1.4 A Teoria Crítica dos Direitos Humanos no Método de Análise	25
1.4.1 A Impossibilidade das teorias tradicionais em abarcar esse dilema.....	25
1.4.2 A população palestina e o colonialismo	28
1.4.3 O Diamante Ético de Herrera Flores	35
2 AS LENTES DE BURNAT: NARRATIVA E ESPAÇO	39
2.1 O Contexto Político e o Conflito Israel-Palestina	39
2.2 Os percalços do ator e os do diretor.....	44
2.3 O paradoxo da agência/resistência dos aldeões de Bil'in.....	56
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática a violência impetrada contra a população palestina e a resistência e sobrevivência das pessoas moradoras dessa localidade. Para tanto, parte da análise da necropolítica (MBEMBE, 2018) e de relatos palestinos que podem visibilizar as agressões sofridas perante a política de morte israelense durante as primeiras décadas do presente milênio.

Esse trabalho de conclusão de curso de graduação pretende trazer holofotes para a luta dessas pessoas que se veem violadas nas mais básicas condições de vida e excluídas do alcance político-normativo dos Direitos Humanos, evidenciando sua abrangência não universal. Ao passo que a grande mídia trata desse fenômeno como uma simples disputa de interesses – o que significa, em outras palavras, invisibilizar a materialidade do que consistem esses eventos –, a pesquisa pretende mostrar o ponto de vista das camadas que estão à margem das fronteiras israelenses e da dominância da política global.

Será utilizado como material empírico documental o filme “Cinco câmeras quebradas”, dos diretores Emad Burnat e Guy Davidi, inicialmente lançado em 2011. Nesse período, vivia-se um contexto histórico em que, no Oriente Médio, irrompia a Primavera Árabe, enquanto no cenário brasileiro ocorriam intensas movimentações políticas que culminaram nas Jornadas de Junho de 2013.

O documentário retrata a violência colonial dos moradores de Bil’in, vilarejo localizado na Cisjordânia que é terra natal do diretor e narrador Emar Burnat, enquanto ocorriam, de 2005 a 2010, as ocupações e ataques israelenses. Ressalte-se que o cerco que envolve essas localidades perdura até os dias atuais, tendo em vista que o conflito não está nem perto de se encerrar.

Ao longo do documentário são retratados os avanços das máquinas de guerra israelenses e o impacto desse conjunto de mecanismos de ataque na vida cotidiana dos vizinhos, amigos e familiares de Burnat. A inserção do diretor na violência imposta era tamanha que, como se expõe no nome do filme, ele tem seu material de produção audiovisual destruído.

Hodiernamente, mesmo depois de tantos anos, os ataques não apenas não cessaram como se expandiram em força e território diante das inovações tecnológicas e arranjos do necropoder (MBEMBE, 2018). Entender esse fenômeno do ponto de vista da população local, sob as lentes de Burnat é crucial para colocar em destaque o processo de resistência da população da Cisjordânia desconsiderada na sua dignidade humana.

A abordagem utilizada é a da Teoria Crítica dos Direitos Humanos (GÁNDARA CARBALLIDO, 2017; GALLARDO, 2019; HERRERA FLORES, 2006), com amparo de algumas categorias teóricas em contexto como racismo de Estado (FOUCAULT, 2005). Os percalços de Burnat como protagonista e como diretor demonstram uma síntese notável do tema de pesquisa, razão pela qual o filme supracitado consiste no principal objeto de análise deste trabalho.

O interesse pelo tema nasce de uma viagem realizada em 2015 ao Oriente Médio, participando do projeto *Backpacking Egypt*¹ promovido pela Universidade de Cairo em parceria com a Associação Internacional de Estudantes de Economia e Ciências Comerciais (AIESEC)². Nesse projeto, o objetivo era elaborar técnicas de marketing turístico viajando por nove cidades egípcias, enquanto produzia-se materiais audiovisuais em que a edição de imagens e consolidação de design gráfico para colher histórias e narrativas. Isto é, o trabalho realizado no Egito já unia arte e análise antropológica, duas áreas que interessam particularmente ao autor desse trabalho de conclusão.

Nessa oportunidade, ao longo de três meses, foi sendo possibilitado um contato maior com a realidade política (coincidente com o período pós revolução de 2011, com a queda de Hosni Mubarak e a queda da irmandade muçulmana em 2013). Nesse curto período de tempo, as pessoas com quem se realizou contato foram passando por muitos traumas, sendo violados em vários sentidos junto de suas famílias e amigos. Destaque-se que a memória desse período de estado de sítio permanecia muito forte.

¹ O projeto foi realizado de janeiro a meados de março de 2015, que consistia em um trabalho de intercâmbio junto à Universidade do Cairo que permitia viajar por nove cidades para fotografar, filmar, editar e participar de todos os processos de criação de conteúdo para as redes sociais.

² Para mais informações, conferir: <<https://aiesec.org.br/a-aiesec/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

Se bem que trauma é uma palavra que não dá conta deste fenômeno, como se expressa na obra “Em Estado de Choque” (OMER, 2017, p. 41), a ser elucidado no final do primeiro capítulo.

No momento descrito, foi percebida com muita nitidez – em paralelo aos interesses do próprio projeto – a importância da arte na visualização do terror que muitas daquelas pessoas estavam ainda submetidas³. Inclusive, existem diversos documentários abordando a questão Palestina para além do filme objeto desse trabalho (SOCHACZEWSKI, 2014).

Assim sendo, o trabalho, inserido na área de Direitos Humanos e Arte, parte da seguinte pergunta-diretriz: como a lógica de sobrevivência e o significado de necropolítica na prática são revelados no documentário "Cinco Câmeras Quebradas"?

O objetivo geral do presente trabalho de conclusão de curso é contribuir para o estudo da recente concepção de necropolítica, além de, principalmente, ampliar a visibilização da violação dos Direitos Humanos do povo palestino na ocupação colonial israelense. Além disso, como objetivo específico, pretende construir uma análise da ocupação a partir do documentário – que demonstra de forma contundente a realidade palestina e também o que é elaborado por autores como Mbembe – a partir das lentes críticas em Direitos Humanos.

Para tanto, o trabalho propõe-se a utilizar o método dedutivo na análise empírica documental. O exame realizar-se-á a partir das técnicas de revisão bibliográfica de livros e artigos sobre o tema, bem como do exame minucioso do filme, com abordagem qualitativa, e de alguns documentos como correspondências entre lideranças que ajudam a elucidar a questão.

O marco teórico utilizado neste trabalho de conclusão de curso consiste nas elaborações de Mbembe (2018), Foucault (2005; 2008), Agamben (2007) que serão aproveitadas para precisar as características dos regimes de exceção e da necropolítica. Tudo isso, sem perder de vista, a abordagem crítica em Direitos Humanos.

³ Enquanto o autor dessa pesquisa permanecia no Egito ocorriam manifestações nas principais cidades com repressões brutais, como se demonstra na seguinte reportagem: TIME. **Violent Protests Mark Tahrir Square Uprising Anniversary in Cairo**. 25 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://time.com/3681648/tahir-square-anniversary/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

No primeiro capítulo, é exposta a necropolítica como ideia central para as bases teóricas fundamentais no entendimento do documentário e da realidade em exame. Assim, o capítulo terá início pela abordagem mbembiana e agambeniana do conceito de soberania e Estado de exceção, bem como pela análise de necropoder e biopoder. Tudo isso é necessário para que a lógica do mártir e do sobrevivente sejam melhor explicadas.

No segundo capítulo, será explorado o documentário em comento a partir de uma análise minuciosa que segue as lentes do marco teórico apresentado no primeiro capítulo, mas sobretudo a partir das lentes próprias do sobrevivente palestino que narra sua própria história de resistência.

Isso porque a metodologia relacional baseada na ferramenta do diamante ético de Herrera Flores (2009) permite uma análise que tenha como centro a dignidade da pessoa humana. Nela, observam-se os Direitos Humanos e a vida digna em sua real complexidade, visualizada a partir de elementos importantes e da ação de atores e atrizes sociais em busca de suas concepções de dignidade. Nessa análise, em especial, serão utilizados os elementos do eixo vertical do diamante proposto (eixo conceitual, a ser melhor explicitado no ponto 1.4.3): teorias, espaço e narração.

As teorias, nesse sentido, são aquelas explicitadas no primeiro capítulo e aplicadas na análise demonstrada no segundo. A narração, por sua vez, considera a agência de Burnat, enquanto diretor e narrador de sua história, com base na arte audiovisual, e demonstra as violências e opressões perpassadas por seu povo, que se vê sem as condições mais básicas para uma vida digna.

O espaço, por fim, também é elemento central, já que é dele que provem o senso de identidade das pessoas e o conflito territorial. Importante salientar que as tecnologias desenvolvidas e utilizadas são para separar também territorialmente quem deve viver e quem deve morrer.

Observe-se, finalmente, que Mbembe (2018), ao construir o conceito de necropolítica, utiliza-se da ideia de “campos de morte” que são elementos fundamentais para delimitar a violência destrutiva do soberano, como um sinal contundente de seu poder absoluto.

1 AS LENTES TEÓRICAS: POLÍTICA DA MORTE

1.1 Necropoder e biopoder

Necropolítica é um conceito trabalhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe que recolhe uma série de concepções em diálogo. Esse raciocínio pode ser encontrado tanto na obra “Necropolítica” (2018), quanto na obra “Políticas da Inimizade” (2017).

Para expressar o que é necropolítica o autor refere-se a formas de poder e de dominação. Tanto é que na sua construção utiliza-se de soberania, estado de exceção e necropoder.

O conceito de necropoder que interessa a este trabalho é aquele formulado por Mbembe (2018) a partir da necessidade de tratar a política nos espaços coloniais e de exceção à luz do conceito foucaultiano de biopoder. Mas, antes de mais nada, é preciso ir destrinchando algumas concepções fundamentais para esse entendimento.

O estudo do biopoder, em Foucault, apesar de ser trabalhado em textos anteriores de sua autoria, pode ser visualizado na sua obra “Segurança, Território e População” (2008, p. 3) que faz uma análise em conjunto com a biopolítica, isto é, o controle governamental sobre a população, a gestão de corpos e a regulação dos fenômenos biológicos e demográficos.

De acordo com o autor, pode-se entender biopoder como:

um conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. Entre linhas gerais o que chamo [...] de biopoder (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Assim, a categoria original passa a ser complementada para apreender o fenômeno que se verifica nesses contextos, levando à construção de uma teoria do poder soberano sob a égide do terror e do direito de matar ou deixar viver (MBEMBE, 2018, p. 5-6).

Primeiramente, é preciso contrastar a abordagem moderna da teoria política, que adota uma perspectiva excessivamente normativa de soberania, fundada na dicotomia iluminista entre

razão e desrazão (MBEMBE, 2018, p. 8-10), com a lógica do necropoder. Ao revés do paradigma moderno, propõe-se pensar a soberania como forma de dominação e instrumentalização dos corpos, e teorizar a política a partir de categorias mais concretas do que a metafísica da razão, tais como a vida e a morte (MBEMBE, 2018, p. 10-11).

Para tanto, é preciso compreender a morte, a partir do paradigma hegeliano, como a suprassunção⁴ do sujeito, ou seja, a negação da negação da subjetividade. Dito de outro modo, a realização do sujeito decorre da negação da natureza, subordinando-a às suas necessidades vitais, e da sua transformação pela luta e pelo trabalho, em que o sujeito se expõe consciente e voluntariamente ao risco da morte (MBEMBE, 2018, p. 11-12).

No mesmo sentido, o devir sujeito e a sua historicidade se dão pela suprassunção da morte, ou seja, pela vida que pressupõe a morte e convive com a contradição de vir a morrer como destino final. A partir dessa concepção de morte e subjetividade se entende também a vida do espírito, em especial a política e a soberania, pois a totalidade da vida é posta em risco para a realização do sujeito (MBEMBE 2018, p. 12-13).

Tendo em vista a concepção explicitada acima, passa-se a analisar o conceito de biopoder em sua relação com o estado de exceção e o estado de sítio, nos quais o poder soberano se manifesta como direito de matar. O biopoder estabelece uma cisão biológica entre os corpos que devem viver e os que devem morrer, assim como quem são os inimigos, a partir do que Foucault chama de racismo de Estado (FOUCAULT, 2005), derivado das novas formas de organização de poder modernas e capitalistas.

Nesse sentido, “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18), ou seja, definir um grupo de pessoas como inimigo e como radicalmente outro, não humano, permitindo assim que se exerça sobre ele o poder de matar.

Assim, em outras palavras, o que se constitui como necropoder e qual a diferença entre necropoder e biopoder? Se biopoder é o poder de cindir grupos entre matáveis e não matáveis,

⁴ Suprassunção é um neologismo criado para traduzir o conceito hegeliano de *aufhebung*, que concentra três significados distintos: superação, preservação e elevação. Esse conceito expressa o desenvolvimento dialético, que opera ao mesmo tempo superando o estado anterior, preservando algo desse estado e elevando-o a um patamar superior (INWOOD, 1997, p. 380).

o necropoder é o poder de incidir a política da morte sobre os grupos que vivem em determinado território, promovendo terror e extermínio. Enquanto biopoder separa quem deve viver e quem deve morrer, o necropoder é autorizado por esse mecanismo, entrando como o exercício do poder soberano de matar efetivamente.

Importante entender que para Foucault (2005) o poder não é algo puramente abstrato, não é apenas uma concepção jurídica, mas algo com materialidade concreta que incide sobre os corpos humanos, por isso se fala em “bio”poder. Em especial, a partir do século XIX, a soberania atinge um ponto de decisão sobre a suspensão da morte. Se o biopoder é disciplinar e regulador, e o poder do Estado se coloca como tecnologia de prolongamento da vida, é com o racismo de Estado que se permitem os mecanismos de morte.

Isso faz parte da própria formação do Estado moderno. Segundo o autor, “quase não há funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite, em certas condições não passe pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 304).

O biopoder, por exemplo, se vincula à ideia de *apartheid* sobre os palestinos, em que os direitos básicos e fundamentais são negados a essa população e se aplicam aos israelenses. Divisão tal que é racial, no sentido foucaultiano de racismo. Enquanto o necropoder é a ocupação colonial da Faixa de Gaza com a formação específica do terror (MBEMBE, 2018, p. 43) que se dá a partir da fragmentação territorial, o acesso proibido a certas zonas e a expansão dos assentamentos.

O racismo de Estado, dessa forma se vincula à fragmentação territorial e também ao desejo da morte do outro. Uma boa ilustração da vinculação da imagem desse outro a animais nocivos que merecem a morte é o quinto episódio da terceira temporada da série estadunidense “*Black Mirror*”, de nome “Engenharia reversa”, no qual os militares possuem alta tecnologia para eliminação de baratas. Essas baratas (ENGENHARIA REVERSA, 2016) sugerem uma desumanização dos que estão sendo atacados, apresentados como uma subraça que deve ser eliminada para não dar continuidade a problemas comportamentais.

Assim, pode-se finalizar essas considerações entendendo, por fim, o que é necropolítica amparada na ideia de biopolítica do Foucault. Necropolítica, nesse sentido, refere-se ao

exercício do poder político e controle de vidas através do uso da violência e da morte como estratégias de governança.

Necropoder e necropolítica, nas palavras de Mbembe (2018, p. 71) são:

Várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” [...] o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade.

Mbembe (2018, p. 41) trata das seguintes características da necropolítica: a primeira é, a partir do necropoder, a promoção de uma ocupação colonial na modernidade tardia, isto é, a delimitação, o reforço e a tomada do controle físico e geográfico, constituindo uma terceira zona (entre o estatuto de sujeito e objeto) para o colonizado. Essa espacialização da ocupação colonial se dá pela divisão em compartimentos. Assim, de acordo com o filósofo camaronês, onde é mais evidentemente expressa essa forma de necropoder, hodiernamente, é na ocupação colonial da Palestina.

Além da fragmentação territorial tem-se o acesso proibido a certas zonas e expansão dos assentamentos. A finalidade dessas práticas é tanto limitar os movimentos, quanto implementar uma política de *apartheid* que promova a exclusão dos grupos dentro desse território (MBEMBE, 2018, p. 41).

Outra característica de destaque da necropolítica é a promoção de uma forma de soberania baseada na verticalidade. Essa organização do espaço implica o uso do terreno ocupado e de suas variações topográficas para facilitar o controle a partir de cima e ao mesmo tempo permitir o uso do subsolo como zona de conflito (MBEMBE, 2018, p. 44).

Nesse sentido, são utilizadas diversas tecnologias para assegurar o controle do espaço aéreo demarcando simbolicamente quem está no topo, tais como redes de satélites, helicópteros de assalto, jatos, caças e drones (MBEMBE, 2018, p. 46-47). Como um paralelo possível com

a realidade brasileira contemporânea, pode-se pensar no uso de helicópteros nas operações policiais nas favelas cariocas⁵.

Além da soberania vertical e da ocupação colonial fragmentada existe outro elemento fundamental. Para esse funcionamento, é essencial a utilização de outra técnica de controle: a prática da terra arrasada, combinada com táticas de sítio, por meio da qual se promove uma guerra infraestrutural em que os alvos são todas as construções, moradias e terrenos que operam como base para a vida dos povos sob ocupação colonial (MBEMBE, 2018, p. 47). O principal instrumento utilizado para realizar essa técnica são os tanques e tratores blindados (*bulldozers*), que promovem a máxima destruição da infraestrutura existente nos terrenos ocupados.

Dessa forma, ocorre uma absoluta dominação sobre todas as pessoas que vivem naquele território a partir da junção plena de poder disciplinar, biopolítica e necropolítica. E isso é muito nítido quando se trata do povo palestino. O isolamento, a militarização da vida, a total liberdade aos comandos locais para o uso de violência são permitidas por esse “Estado de sítio” que priva as pessoas, não somente no sentido financeiro, mas as coloca em um arrasamento integral, seja de formas implícitas ou expostas (2018, p. 48).

1.2 Soberania e Estado de Exceção

Agamben (2004) argumenta que a soberania moderna está fundamentada na capacidade de decidir sobre o estado de exceção, onde a vida e os direitos individuais podem ser suspensos em nome da segurança ou do bem comum. Ele enfatiza a relação entre soberania e estado de exceção, destacando como essa relação influencia a dinâmica do poder e a governança contemporânea.

A teoria do estado de exceção é uma doutrina da soberania. Nela, o soberano possui o poder de decidir sobre a suspensão da ordem jurídica vigente. O estado de exceção representa a inclusão de um espaço que não está completamente fora nem dentro da ordem jurídica

⁵ MARÉ DE NOTÍCIAS ONLINE. **11ª Operação policial na Maré em 2023: helicóptero volta a amedrontar moradores.** 11 de maio de 2023. Disponível em: < <https://mareonline.com.br/11a-operacao-policial-na-mare-em-2023-helicoptero-volta-a-amedrontar-moradores/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

(AGAMBEN, 2004, p. 57), anulando e suspendendo normas. O soberano, embora esteja fora da ordem jurídica, pertence a ela por ser responsável pela decisão de suspender a constituição como um todo.

De acordo com Agamben (2004, p. 11), o estado de exceção constitui um ponto de desequilíbrio que, assim como a guerra, consiste em uma situação inserida em uma zona de incerteza onde se localizam e deslocalizam o jurídico e o político.

Apesar do suporte teórico em Agamben, a preocupação de Mbembe (2018, p. 10-11), como se verifica do primeiro ponto do trabalho, está centrada nos modelos de governo que visam o controle total da vida e a aniquilação física de indivíduos e comunidades, sendo esse o cerne das formas de soberania sobre as quais se dirige seu interesse.

Para o filósofo, a soberania se define como a capacidade de decidir sobre os corpos matáveis e o direito de matar (MBEMBE, 2018, p. 41). Para esse exercício a tecnologia do racismo é fundamental, como já referido no ponto anterior, porque organiza a justificação simbólica do direito de matar exercido sobre o grupo apresentado como inimigo. Essa regulação se verifica principalmente nas práticas de genocídio e extermínio realizadas contra povos indígenas e africanos durante o período do colonialismo e se expande pela primeira vez sobre a Europa com a ascensão do totalitarismo nazifascista e culmina no Holocausto.

Ressalte-se que há uma dose não desprezível de racismo colonial na visão comum da excepcionalidade das práticas de extermínio nazistas promovidas em território europeu e branco, enquanto não há a mesma inquietação com o genocídio promovido em territórios considerados não-brancos, ou considerados como territórios não ocidentais ou não civilizados pela racionalidade colonial moderna.

Pode-se tratar ainda do contexto de estado de sítio na necropolítica aplicada aos territórios, que instaura um regime no qual não há distinção entre inimigos externos e internos, admitindo, assim, políticas de guerra contra territórios submetidos ao próprio poder soberano (MBEMBE, 2018, p. 47), tais como cercos a cidades ou vilas, militarização da vida cotidiana e controle dos deslocamentos no território (toque de recolher, passe livre, entre outros).

Assim, é inevitável falar das máquinas de guerra e heteronomia. Para tanto, é preciso entender como o filósofo constrói a ideia de guerra dando enfoque às peculiaridades da contemporaneidade e globalização, próprias da modernidade tardia. Antes, observe-se com atenção a este relato:

O corpo de três anos de Samia havia sido destroçado pelo disparo de um tanque israelense. Mesmo com todas as queimaduras, ainda era possível identificá-lo. Khail descobriu que os corpos que continuaram enrolados na mortalha branca eram seus primos. Ele desmoronou: “Estávamos tentando correr, mas os tiros de canhão nos perseguiram em todo lugar”, contou. [...] Shujayea, no leste da Cidade de Gaza, foi um dos ataques mais horrendos desde que Israel começou a guerra há 14 dias. A carnificina de ontem deixou 72 pessoas mortas, conforme declaração do Ministério da Saúde palestino. Praticamente todos os assassinados eram mulheres, crianças e idosos. De acordo com Ashraf al-Qedra, porta-voz do ministério, o número de mortos em Gaza aumentou para 506 pessoas, com mais de 3.150 feridos, desde 8 de julho. [...] como Khail, afirmam ter sido um milagre. Segundo os relatos de inúmeras testemunhas oculares, moradores de Shujayea balançavam com as mãos qualquer pedaço de tecido branco, toalhas de mesa. Queriam escapar da área que estava sob constante e pesado bombardeio israelense. No fim dos ataques, os panos brancos estavam em pedaços ou manchados de sangue. Iman Mansour, outra sobrevivente, conseguiu escapar com suas três crianças. “Não havia lugar seguro”, ela contou. [...] “Fomos obrigados a deixar nossa casa, porque os mísseis caíam sobre nós como pingo de chuva quente” (OMER, 2017, p. 117-118).

Por que a elucidação na forma deste relato interessa nesse momento do trabalho? Porque importa menos para a análise do atual contexto de terror as antigas ideias sobre guerra que tinham como cerne as características contratuais. Hoje, pode-se falar em ataques intensos, instantâneos, cyberinteligentes, surpresa, aniquilando qualquer possibilidade de defesa ou capacidade de conservação (BAUMAN, 2001, p. 15).

Isso se potencializa com as inovações tecnológicas, no que diz respeito aos instrumentos utilizados para essas brutais violações, que também servem como fonte de intimidação. Mas é importante dizer que o real incremento e fortalecimento dessa estratégia vem com a heteronomia.

Não se trata mais de uma simples conquista territorial, há uma discrepância muito absurda entre os dois “lados”. A destruição plena da possibilidade de sobrevivência do inimigo vem também da aplicação de sanções: para o filósofo as guerras de hoje propõem, sobretudo, a imposição da submissão (MBEMBE, 2018, p. 51).

Mbembe chama essa nova forma de guerrear como a da era da mobilidade global.

Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o monopólio exclusivo dos Estados, e o “exército regular” já não é o único meio de executar essas funções. A afirmação de uma autoridade suprema em um determinado espaço político não se dá facilmente. Em vez disso, emerge um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados, nos quais sobejam diferentes instâncias jurídicas *de facto* geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves (MBEMBE, 2018, p. 52-53).

Um bom exemplo do que está se tratando neste ponto são as milícias dos bairros da periferia do Rio de Janeiro⁶, o controle das facções sobre os moradores das comunidades das favelas da cidade, mas também se revela na realidade palestina, na instituição dos poderes paralelos.

Da fragmentação espacial e da instabilidade monetária, devido à violência não governamental que controla o trabalho e os recursos, tem surgido essas máquinas de guerra. Com amparo em Deleuze e Guattari (1980), é explicitado o que significam as máquinas de guerra.

Deleuze e Guattari (1980) utilizam o termo "máquinas de guerra" em um sentido amplo, descrevendo formações sociais que vão além do contexto militar tradicional. Eles abordam as máquinas de guerra como entidades complexas que se movem e se transformam, englobando aspectos políticos, econômicos e sociais. A referência central é ao contexto africano do século XX, no entanto, algumas relações podem ser estabelecidas ao contexto tratado.

Isso porque as máquinas mencionadas são constituídas por grupos de indivíduos armados que se agrupam ou se separam conforme as necessidades e circunstâncias. Essas máquinas de guerra, que têm uma natureza difusa e mutável, se destacam por sua adaptabilidade, flexibilidade e multifuncionalidade. Em certas ocasiões, elas estabelecem vínculos complexos com entidades estatais, que vão desde uma autonomia parcial até uma incorporação completa, adotando elementos tanto de uma organização política como de uma empresa comercial. Sua atuação, que eventualmente pode criar moeda própria, baseia-se em ações de captura e saque (MBEMBE, 2018, p. 54-55).

⁶ G1. **Milícias alcançam tráfico e já ocupam metade das áreas controladas por grupos armados no RJ, diz estudo.** 13 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/13/milicias-alcancam-traffic-e-ja-ocupam-metade-das-areas-controladas-por-grupos-armados-no-rj-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

Assim, é insuficiente falar em poder disciplinar. Essas técnicas da necropolítica que possibilitam massacres distinguem radicalmente quem possui o aparato bélico e o sobrevivente ou massacrado. Em outras palavras, na Palestina não se trata de dois países brigando, disputando territórios e aquisições: são grupos armados contra grupos discriminados. Melhor dizendo, corporações ou equipes com a “máscara do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 60) contra quem não tem Estado.

Sublinhe-se que as maneiras de matar são mórbidas, macabras, perversas, pois visam uma completa destruição da integridade e da própria identidade palestina. Como se viu no relato acima, quem resta vivo se depara com os pedaços dos seus colegas, familiares, amigos e todos aqueles que são transformados em vítimas. A exposição é tamanha que se torna uma espetacularização do medo (MBEMBE, 2018, p. 61).

Em suma, o ser humano, desprovido de sua própria humanidade, ou é paralisado pela morte e destruição, transformado em estilhaços, ou é paralisado pelo medo e terror que a visão, o toque, o cheiro, o som que esses estilhaços causam na sua condição de sobrevivência.

1.3 Lógica do mártir e Lógica do sobrevivente

Janelas tremem violentamente, reverberando os mísseis dos caças que explodem no chão, lançando estilhaços e detritos por todos os lados. Bebês esperneiam, cachorros latem e o pandemônio se sucede. As ruas estão sem tráfego. Tudo o que se move torna-se alvo. Acima, os caças israelenses guincham cortando o ar, acompanhados pelo habitual zumbido dos drones que pairam sobre nossas cabeças (OMER, 2017, p. 37).

Conforme o médico palestino Ahmed Abu Tawahinah, as crianças palestinas em Gaza sofrem de enorme estresse causado pela violência, [...] “Trauma é um termo que se usa no Ocidente, referindo-se a situações normais em que acontece um colapso nervoso. Esse colapso é o trauma, mas para nós, palestinos, trauma é a vida cotidiana”, disse Abu Tawahinah. “O termo ‘trauma’, por si só, não é suficiente para descrever o que está acontecendo em Gaza. Não estou convencido de que conseguimos expressar o horror”, concluiu sua análise (OMER, 2017, p. 41).

O que é sobrevivência? Quando se pensa no sobrevivente, em um sentido comum, imagina-se alguém que, por meio de resiliência, conseguiu superar uma situação de dano ou perigo. Em geral, é visto como um ato de coragem ou disposição. Mas aqui é importante refletir

sobre um conceito mais complexo da ideia de sobrevivência, que implica numa reflexão sobre liberdade e terror.

A crítica à necropolítica percorrida pelo filósofo camaronês (2018, p. 62) encara o *status* de sobrevivente como uma fuga com vida, uma consciência de extermínios enquanto se permanece com vida. Uma permanência que se perfaz, muitas vezes, com a falta de permanência do outro. Em especial quando há necessidade de matar para não morrer. É essa noção que faz sentido da análise da realidade palestina a partir do documentário “Cinco Câmeras Quebradas”. O que o documentário revela é a destruição não apenas dessas cinco câmeras, mas de comunidades inteiras.

Nesse sentido, há uma diferença entre a lógica do mártir e a do sobrevivente, mas também há uma ligação entre elas. Dentro da dinâmica neocolonial, enquanto a do mártir está relacionada à disposição de sacrificar a própria vida em nome de sua liberdade, a do sobrevivente está vinculada àqueles que conseguem escapar das condições de opressão, dominação e violência.

O mártir se torna um símbolo de resistência e sacrifício, cuja morte é valorizada como um ato heroico para promover uma ideia ou causa. A lógica do mártir, portanto, está associada a uma forma de poder sobre a própria vida com o amparo na ideia de liberdade trazida por Heidegger (2005, p. 34-37) diante do ser-para-a-morte.

Em Heidegger (2005, p. 34-37), o conceito de "ser para a morte" está ligado à forma como ele vê a existência humana. Para ele, a morte é parte essencial da vida humana, e isso leva a uma consciência profunda da sua mortalidade. Reconhecer a inevitabilidade da morte afeta como se vive e como se entende o tempo, a liberdade e a autenticidade. Heidegger argumenta que essa consciência leva a assumir responsabilidade pelas escolhas, pois compreende-se que o tempo é limitado e a morte está sempre presente como uma possibilidade próxima. Assim, "ser para a morte" não significa apenas que todos enfrentarão a morte, mas enfatiza a importância desse reconhecimento para uma existência autêntica e uma compreensão mais profunda da condição humana.

Nas suas palavras:

A public-idade da convivência cotidiana “conhece” a morte como uma ocorrência que sempre vem ao encontro, ou seja, como “casos de morte”. Esse ou aquele, próximo ou distante, “morre”. Desconhecidos “morrem” dia a dia, hora a hora. “A morte” vem ao encontro como um acontecimento conhecido, que ocorre dentro do mundo. Como tal, ela permanece na não-surpresa característica de tudo aquilo que vem ao encontro na cotidianidade. O impessoal também já assegurou para esse acontecimento. O discurso pronunciado ou, no mais das vezes, “difuso” sobre a morte diz o seguinte: algum dia, por fim, também se morre mas, de imediato, não se é atingido pela morte [...] A exposição do ser-para-a-morte cotidiano também fornece uma indicação para se tentar assegurar o pleno conceito existencial do ser-para-o-fim, mediante uma interpretação mais aprofundada do ser-para-a-morte na de-cadência, que aparece como escape de si e da morte. No referente do temor, já mostrado com suficiência fenomenal, deve ser possível projetar, fenomenologicamente, de que maneira a própria pre-sença, que tenta escapar, compreende a sua morte (HEIDEGGER, 2005, p. 35-37).

O sobrevivente luta para se manter vivo, apesar das adversidades e do sofrimento enfrentado. Essa lógica se concentra na busca pela liberdade. O sobrevivente desafia a lógica da morte e da submissão, buscando preservar sua própria existência (MBEMBE, 2018).

No entanto, na perspectiva de Mbembe, o martírio pode atingir também o caráter de transgressão, dado o terror vivido pelas populações oprimidas nos regimes coloniais e privadas por completo de sua liberdade. A “preferência pela morte diante da servidão contínua é [...] sobre a natureza da liberdade em si (ou sua falta). Se essa falta é a própria natureza [...] para o escravo ou o colonizado [...] essa mesma falta é também o modo pelo qual [...] leva em conta sua própria mortalidade” (MBEMBE, 2018, p. 70).

No próximo capítulo demonstrar-se-á a partir das lentes do cineasta Burnat, que dirige o documentário objeto deste trabalho com junto a Guy Davidi, como se consolida a lógica da sobrevivência da população de Bil’in a partir do acompanhamento do dia a dia da pequena comunidade. Nesse cenário, os pequenos comerciantes e agricultores tentam resistir à invasão territorial realizada por Israel, às áreas onde cultivam azeitonas e outros alimentos.

Ao longo de todo o filme é possível observar as características trazidas nesta primeira parte do trabalho e sua aplicabilidade ao contexto de guerra que vive o povo palestino. Antes de adentrar nas lentes de Burnat é preciso estabelecer alguns pressupostos metodológico-epistemológicos que orientam esta análise.

1.4 A Teoria Crítica dos Direitos Humanos no Método de Análise

1.4.1 A Impossibilidade das teorias tradicionais em abarcar o dilema

As teorias tradicionais em Direitos Humanos muitas vezes conservam aspectos jusnaturalistas quando tentam trazer explicações sobre seus fundamentos. Ou se baseiam em uma “natureza humana” de impossível comprovação; ou na autoevidência desses direitos; ou, por fim, em um suposto consenso estabelecido em um período histórico de tomada de consciência.

Sobre isso, Hunt (2009) explica o paradoxo da autoevidência dos Direitos Humanos. Se, como se determina na Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776, esses direitos são naturais e inalienáveis, dotados pelo ser humano devido a uma dádiva de Deus, ou mesmo por outra perspectiva, devido à sua racionalidade própria, se são naturais, iguais, universais, por que precisam ser declarados em documentos solenes?

A partir de uma visão já orientada pelo juspositivismo, Bobbio (1992) denuncia que não é possível falar em um fundamento absoluto nesse tipo de consideração. Para o italiano, esse tipo de tentativa é um problema típico do jusnaturalismo, de forma que é preciso pensar nessa questão politicamente, não apenas filosoficamente. Prender-se a essas explicações faz com que se esbarre nos empecilhos das definições tautológicas ou avaliativas, da relatividade valorativa ou histórica, da heterogeneidade e das antinomias.

Ora, esses direitos são submetidos a um contexto que é histórico e geográfico. Mas, sobretudo depois da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, Bobbio (1992) entende que o fundamento é um problema resolvido. É preciso hodiernamente proteger esses direitos que se consolidam em declarações ou tratados internacionais. Segundo ele, a partir das grandes guerras houve universalização e multiplicação dos Direitos Humanos.

No entanto, as Teorias Críticas em Direitos Humanos propõem uma visão mais radical do que representam esses direitos. As teorias tradicionais, a partir dessa perspectiva, não visibilizam as lutas sociais que permitem a conquista desses direitos, tampouco os sujeitos excluídos destes, pois apresentam um viés liberal e individualista. Neste trabalho, retrata-se a

realidade de pessoas humanas, mas simultaneamente desprovidas de sua humanidade, privadas e violadas nas dimensões mais básicas de dignidade.

Por que é importante entender a luta por dignidade humana como um processo árduo de conquista de direitos das camadas marginalizadas e da perda de privilégios dos povos dominantes? Porque essa perspectiva visibiliza: i. que os direitos não são algo dado; ii. que eles não são universais nem objetivos; iii. que eles não são garantias, visto que precisam de duras lutas para conquista-los e para serem mantidos, além de que qualquer mudança na conjuntura política local ou global pode colocar tudo a perder; iv. que não necessariamente os Direitos Humanos são contrahegemônicos – isso depende do discurso que se realiza sobre eles, sendo necessária, portanto, uma reflexão crítica sobre essa concepção (GÁNDARA CARBALLIDO, 2014).

Por isso, a reflexão crítica sobre os direitos humanos confronta e denuncia o quadro teórico tradicional dos direitos, na medida em que serve de discurso de encobrimento de interesses hegemônicos, permitindo a justificação e a manutenção de um sistema de relações sociais, políticas, económicas, culturais e ideológicas profundamente injusto, no qual a grande maioria dos homens e mulheres do mundo permanece em condições de subordinação (GÁNDARA CARBALLIDO, 2014, p. 78, tradução nossa⁷).

Nesse sentido, é impossível voltar os olhares para a realidade palestina sem entender que a conquista de Direitos para as camadas marginalizadas em um contexto sócio-histórico significa a perda de privilégios de quem está em hegemonia política. De igual modo, também é vital entender que as concepções tradicionalmente trazidas partem de uma ótica cultural ocidental, que não dão conta de abarcar essa realidade, além de que as sobrevivências palestinas demonstram que, muito mais do que teorizar e legislar sobre os direitos, é preciso pensar em formas políticas, sociais e culturais de garantir as pautas em luta.

Gallardo (2019, p. 73) elucida que não é suficiente judicializar os direitos na esfera nacional ou internacional, já que tudo isso enfrenta estados de exceção, aparatos de terror do estado, ação de grupos paramilitares. Ao mesmo tempo que a Palestina possui cadeira na ONU, o Ocidente mostra sempre que tem um lado nessa disputa: o lado dominante. Israel recebe apoio de grandes potências como os Estados Unidos da América, por exemplo, e seu modelo de

⁷ Original: *Por eso, el pensamiento crítico de los derechos humanos confronta y denuncia el entramado teórico tradicional de los derechos, en cuanto sirve como discurso encubridor de los intereses hegemónicos, permitiendo justificar y mantener un sistema profundamente injusto de relaciones sociales, políticas, económicas, culturales e ideológicas, en el que la gran mayoría de los hombres y mujeres del mundo permanecen en condiciones de subordinación.*

dominação impõe o sequestro de territórios, sem respeitar a Resolução n. 181 da ONU (1947), avançando fronteiras com a construção de muros de concreto e outros tipos de barreiras.

A população da vila de Bil'in, de Nil'in, da Cisjordânia e até a de Gaza, Palestina, de origem humilde, não é menos humana que aquela que se encontra do outro lado da Barreira e que faz parte de um Estado próprio. Então onde está o universalismo inscrito nas teorias tradicionais, que se aprende nas faculdades e nos cursos de Direito em geral?

O formalismo jurídico, neste caso, se mostra insuficiente. Tanto ele, quanto as concepções ocidentalizantes de Direitos Humanos. Veja, por exemplo, que a Resolução n. 181 da ONU (1947), no seu ponto 10, alínea e, formula a previsão de liberdade de trânsito e visita para os habitantes de outro Estado na Palestina e na cidade de Jerusalém. O que o documentário “Cinco Câmeras Quebradas” demonstra ao longo de seu curso é que é o contrário que acontece: a construção das barreiras e muros impedem que as famílias de aldeias vizinhas possam se encontrar e conviver.

Aliás, os valores e as considerações do Ocidente, em especial dos eurocentrados, que constituem as condições elementares para a vida digna e a própria concepção de dignidade nos termos em que é tratada nos direitos ocidentais não possibilitam que a realidade palestina e dos povos colonizados seja abarcada. É imprescindível reconhecer que essa perspectiva falha em proporcionar uma proteção efetiva na prática. Em termos mais específicos, a mera inclusão dos Direitos Humanos nos arcabouços jurídicos revela-se insuficiente para assegurar sua implementação eficaz. Essa contextualização demanda, portanto, a necessidade premente de estabelecer mecanismos abrangentes que possam garantir a efetiva concretização dos Direitos Humanos (GÁNDARA CARBALLIDO, 2014, p. 84-85).

Como será visto a seguir, na realidade de violência colonial palestina, terra ganha uma centralidade e sua importância compõe identidades. Levar isso em conta na análise é necessário para respeitar a diversidade cultural pela chave do multiculturalismo (GÁNDARA CARBALLIDO, 2017, p. 3120).

O trabalho, portanto, segue as premissas preconizadas pela perspectiva de crítica aos Direitos Humanos que põe em centralidade a luta das camadas precarizadas e, neste caso, a dinâmica de sobrevivência palestina. Assim, as premissas básicas que compõem as lentes desse

trabalho – lentes de análise, além das lentes de Burnat – seguem: i. os Direitos Humanos são invenções sociais, condicionadas a aspirações contextualizadas sociohistoricamente, que interferem na construção da materialidade concreta (GÁNDARA CARBALLIDO, 2014, p. 101); ii. é crucial a adoção de pontes culturais que possibilitem uma adequação à realidade da Cisjordânia, sem cair na armadilha do suposto universalismo, que na verdade emplaca uma versão particularista e eurocentrada dos conflitos. A luta precisa ser travada nos âmbitos social, jurídico, político, cultural, teórico, econômico, científico e empírico (HERRERA FLORES, 2009).

A violência colonial precisa ser analisada a partir de uma perspectiva pós-colonial dos Direitos Humanos. De acordo com Flores (2006), existem elementos que fazem com que seja difundido o colonialismo ocidental de forma que é preciso ter atenção a estes. Tanto a generalização em excesso que impede a outridade, quanto à represália colonial de ocultação das raízes do colonialismo em sua origem, bem como a violência geográfica promovida pelo imperialismo, assim como o humanismo em abstrato. Esse último promove a captura do processo de humanização, coloca suas categorias como absolutas e abstratas e se liga a práticas desumanizadoras que seguem inclinações geoestratégicas.

Para discorrer sobre o fenômeno do colonialismo e suas imbricações na população palestina utilizar-se-á das obras de Losurdo (2010) e de Fanon (1987). De maneira subsequente o trabalho recorre ao intelectual palestino Said (2003) para tratar do orientalismo.

Isso porque Fanon (1987) explicita a realidade colonial na ótica do colonizado, expondo a dicotomia e a divisão de mundo que se estabelece a partir do seu primado, enquanto Losurdo (2010) propõe uma visão materialista sobre o próprio sionismo e as ideologias que envolvem esses ataques e ocupações.

1.4.2 A população palestina e o colonialismo

Êste mundo dividido em compartimentos, êste mundo cindido em dois é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico (FANON, 1987, p.29).

Alguns autores evidenciam as divisões estabelecidas para muito além do simples contexto geográfico. É o caso de Fanon (1987) que visibiliza que o mundo é um mundo dividido a partir da lógica do colonialismo. Além da divisão do mundo, o território atingido por essa violência também é cindido: a fronteira é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia (FANON, 1987, p. 28).

Ao tratar sobre a vivência dos povos atingidos pela violência colonial, Fanon (1987) evidencia como a terra é o principal meio que subsiste essas pessoas. Da mesma maneira que as oliveiras plantadas nas adjacências da aldeia de Bil'in no documentário (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011), que eram tradicionalmente o principal sustento daquela população, as mesmas são queimadas pelo exército israelense. Utilizando-se disso, o aparato militar israelense destrói o território, impondo a fome aos palestinos.

O uso dessa técnica foi amplamente realizado em praticamente todas as formas tradicionais de colonialismo. Mas o combate contra a opressão, para Fanon (1987), apesar de doloroso, possibilita a reintegração do indivíduo oprimido, desencadeando um processo altamente produtivo e crucial.

Nessa situação, assegurar-se-ia não apenas o triunfo dos direitos do povo, mas também um maior senso de identidade. Isso se deve ao fato de que o colonialismo, ao despersonalizar o colonizado (FANON, 1987, p. 254), também afeta as estruturas sociais coletivas. Como resultado, o povo colonizado é reduzido a mero produto da presença do colonizador. No entanto, o caso israelo-palestino guarda peculiaridades que são importantes de serem entendidas.

Ora, é preciso nunca perder de vista que a imensa maioria dos povos colonizados é impermeável a esses problemas. Para a população colonizada o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é em primeiro lugar a terra: a terra que deve assegurar o pão e, evidentemente, a dignidade. Mas 'esta dignidade nada tem que ver com a dignidade da "pessoa humana". Dessa pessoa humana ideal jamais ouviu falar. O que o colonizado viu em seu solo é que podiam impunemente prendê-lo, espanca-lo, mata-lo à fome; e nenhum professor de moral, nenhum cura, jamais veio receber as pancadas em seu lugar nem partilhar com êle o seu pão. Para o colonizado, ser moralista é, de modo bem concreto, impor silêncio à soberba do colono, despedaçá-lo a violência ostentosa, numa palavra: expulsá-lo francamente do panorama [...] O contexto colonial, já o dissemos, caracteriza-se pela dicotomia, que inflige o mundo. A descolonização unifica êste mundo, exaltando-lhe por uma decisão radical a heterogeneidade, conglobando-o à base da nação, às vezes da raça [...] Isto quer dizer que o colonizado tem possibilidade de peceber numa imediatidade absoluta se a

descolonização ocorreu ou não: o mínimo exigido é que os últimos se tornem os primeiros. Mas o intelectual colonial oferece variantes a essa exigência e, de fato, parece que não lhe faltam motivações; quadros administrativos, quadros técnicos especialistas. Ora, o colonizado interpreta essas preterições como outras tantas manobras de sabotagem, e não é raro ouvir-se, aqui e ali, um colonizado declarar: “Não valia a pena, então, ser independente...” (FANON, 1987, p. 33-34).

A terra, segundo Fanon (1987), assegura a dignidade da pessoa, o que dentro do contexto da população em resistência é fundamental para sua sobrevivência. O colonizador expurga o colonizado da terra usando de métodos perversos.

Dessa forma, para a Palestina é praticamente impossível resistir de maneira convencional, através de medidas legais, pois aquele território fora ocupado de maneira ilegal. Importante observar que Fanon (1987, p. 33) elucida que para quem é colonizado, muitas vezes é mais fácil ceder, silenciando-se.

O autor expõe que o acirramento da exploração colonial leva o povo, tal como os que são percorridos neste trabalho, à miserabilidade, conduzindo a uma inevitável luta organizada (FANON, 1987, p. 199). Gradualmente, urge um embate determinante e inevitável percebido pela maioria da população colonizada. As contradições inerentes ao sistema colonialista nutrem e fortalecem a disposição para o confronto, fomentam e fortificam essa consciência patriótica.

No caso da Palestina, a violência colonial segue algumas justificativas amplamente difundidas, inclusive com apoio midiático. No entanto, uma análise mais aprofundada dos fundamentos também leva a entender como funciona o domínio do Oriente pelo Ocidente.

Para Losurdo (2010), o colonialismo pode ser encontrado inclusive no próprio ideário sionista⁸, quando nele cristaliza-se a ideia central de que a população judaica deveria transformar uma terra desabitada em um lar, justamente por serem um povo desprovido de pátria. O que seria essa terra desabitada? Por que era considerada desabitada? A ideia nesse ponto é de que os povos daquele local eram sequer considerados pessoas.

O anseio principal do movimento sionista partia da concepção de que a colonização derivada dos judeus seria civilizatória e ordeira (LOSURDO, 2010, p. 168). O processo de

⁸ Sublinhe-se que nem todos os sionistas convergem em termos estratégicos e de fundamentação. Para mais informações, conferir: LOSURDO, 2020, p. 42.

tomada do território palestino advinha do mesmo entendimento que tinham autores da época que já haviam comparado o território habitado pelos índios a um deserto ou a um "vazio desolado".

Uma estratégia utilizada para promover o sionismo foi o pressuposto de que, com o estabelecimento dos judeus na Palestina, eles poderiam curar as feridas do Oriente, introduzir "civilização e ordem" e até mesmo assegurar a "proteção dos cristãos no Oriente" (LOSURDO, 2010, p.168). Em suma, os judeus seriam os únicos agentes capazes de civilizar a Palestina.

A visibilização contundente do colonialismo é, portanto, no contexto do documentário (CINCO CAMERAS QUEBRADAS, 2011) onde há a condução de uma política colonial sempre praticada por Estados soberanos que tinham logrado êxito no sequestro de territórios no ultramar, estes seriam “os Estados que pensam em seu futuro” (LOSURDO, 2010, p.168). O colonialismo tem forte expressão em “Cinco Câmeras Quebradas” desde as invasões perpetradas por soldados israelenses às casas dos aldeões (CINCO CAMERAS QUEBRADAS, 2011, 46:11), ou as constantes intimidações de agentes do Estado israelense.

Losurdo (2010) explicita uma comparação entre os escritos de Nordau sobre o sionismo e os pensamentos de Locke e Tocqueville sobre ser um deserto a terra habitada pelos índios. Além disso:

Dirigindo-se aos ingleses, Herzl declara que espera em particular o apoio deles: “os grandes políticos do vosso país foram os primeiros a reconhecer a necessidade da expansão colonial. Por isso tremula em todos os mares a bandeira de uma Grã-Bretanha ainda maior [*Größer Britanniens*]”. Também Herzl pretende caminhar nessa direção: “em benefício da Europa edificaremos lá uma trincheira contra a Ásia, representaremos o posto avançado da civilização contra a barbárie”. Quer dizer, a colonização judaica da Palestina reforçará o domínio mundial do Ocidente, ainda mais porque nela tornará mais seguro o caminho para a Índia e a China. Assim se abrirá até “o caminho mais curto” “a estrada estratégica [*Heerstrasse*] dos povos civilizados” em direção à Ásia; nesse sentido tudo, “o Estado judeu é uma necessidade mundial” (LOSURDO, 2010, p. 168).

Há uma recomendação explícita da colonização palestina a partir dos interesses europeus, como um remédio aos destaques revolucionários que lá cresciam (LOSURDO, 2010, p. 170). A proposta era de um enfraquecimento revolucionário ao mesmo tempo em que se exportariam pessoas para o mundo colonial. Não menos importante, alguns autores como De Moraes (2009) declaram que “nem todos os sionistas foram fascistas, mas todos os seguidores

de Theodor Herzl⁹ foram colonialistas, em graus e matizes diversos” (DE MORAES, 2009, p. 173).

Ressalte-se que se o nazismo colocava os judeus sob domínio a partir da supremacia branca, os islamitas não ficam para trás, encarados como povos coloniais e de cor. Isto é, o Ocidente violenta e ocupa o Oriente tanto da perspectiva sionista, quanto da perspectiva nazista, radicalmente distinta.

Dessa forma, é possível compreender que colonialismo está para sionismo como sionismo está para racismo. Do mesmo modo que se verificou neste capítulo que colonialismo está profundamente imbricado com o racismo.

Ressalte-se que havia uma aliança, além da estadunidense, com o regime de *apartheid* na África do Sul. “Um tanto envergonhada até 1967, a colaboração daquele regime de *apartheid* explícito com o *apartheid* hipócrita imposto pelos sionistas aos palestinos tornara-se, desde então, franca e aberta, mesmo porque a afinidade entre os dois regimes era fortíssima” (DE MORAES, 2009, p. 184).

Inclusive, uma minoria de árabes-israelenses vota, sendo considerada segunda classe sob outros aspectos, enquanto os árabes na Cisjordânia ocupada sequer votam ou tem direitos (LOSURDO, 2020, p. 46).

Como informa a imprensa estadunidense, é possível ser deportado, não somente com base em uma suspeita mas também por vínculos de parentesco com um jovem suspeito de ter lançado uma pedra contra um soldado israelense. E corre-se esse risco sempre e somente sendo palestino. Tudo isso não é racismo? Por outro lado, enquanto rejeita com horror a reivindicação dos refugiados palestinos de retorno à terra da qual foram expulsos pela violência, Israel convida os judeus de todo o mundo a se estabelecerem no Estado judeu e encoraja a colonização dos territórios ocupados, dos quais os palestinos continuam a ser expulsos. O que é isso senão limpeza étnica (LOSURDO, 2020, p. 47)

Em relação às áreas atribuídas ao Estado judeu pela ONU em 1947 houve expansão das fronteiras israelenses em mais de 50% do que fora estabelecido; ao mesmo tempo, do que foi

⁹ Theodor Herzl foi um jornalista, advogado, escritor, líder do Movimento Sionista e visionário do Estado de Israel. Para mais informações, conferir: <<http://www.morasha.com.br/biografias/o-legado-de-theodor-herzl.html>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

determinado à Palestina houve redução drástica – aproximadamente 60% – desconsiderando expropriações israelenses na Cisjordânia e nas colônias (LOSURDO, 2010, p. 175).

Losurdo (2010, p. 175) elucida que a subtração de terra, ante os muros estabelecidos demonstram contundentemente o processo de colonização em uma parte considerada da Cisjordânia cavando “um fosso entre colonizadores e colonizados”. O que sobra, sobra estilhaçado, sobra sem possibilidade de ser habitado por uma comunidade unida, de forma semelhante ao *apartheid* da África do Sul. Entregar espaços sem soberania, sem autonomia econômica e militar faz com que a Faixa de Gaza e a Cisjordânia se mantenham sob controle de Israel. É inclusive do Tribunal Israelense que provém as decisões de litígio do exército israelense contra o povo palestino, beneficiando majoritariamente os primeiros.

Não obstante o “desempenho”, Israel continua a ter total controle sobre a Faixa de Gaza e arredores, o espaço aéreo, o fornecimento de água e energia elétrica, a vida e a morte – como demonstram as recorrentes incursões de carros armados e blindados –, os bombardeios, as “execuções extrajudiciárias” com seu séquito de “danos colaterais” mais ou menos amplos, tudo decidido de forma soberana por Tel Aviv (LOSURDO, 2010, p. 176).

Quase metade da população israelense, em 2002, manifestou-se pela expulsão dos palestinos da Cisjordânia como limpeza étnica da Terra Santa. Nessa época, os atentados suicidas eram utilizados como a legitimação racista de ódio aos palestinos. Assim, os discursos se colocavam no sentido de uma distância qualitativa entre judeus e *goyim*¹⁰, a partir da desumanização do povo palestino (LOSURDO, 2010, p. 177).

No período da Segunda Intifada, simultaneamente às mortes dos palestinos, em sua revolta contra a política administrativa e a ocupação israelense na Palestina, imperavam discursos de líderes religiosos comparando os islâmicos a serpentes, bem como discursos da internet que os comparavam com diabos e clamavam por sua não procriação (LOSURDO, 2010).

Outra coisa importante a se pensar é a instrumentalização política do holocausto e a retórica da continuidade da perseguição nazista à resistência palestina. Há uma ideia do Estado

¹⁰ Segundo o dicionário Michaelis, *goyim* ou *gói* refere-se ao “povo ou pessoa que não é de origem judaica ou não pertence a essa comunidade”. Nesse caso, falando desse território, a referência é em relação aos povos palestinos. Para mais informações, conferir: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/goi>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

de Israel e do território em ocupação como um ressarcimento. Porém, o Oriente, a partir dessa perspectiva torna-se, nas palavras de Losurdo (2010, p. 188): “herdeiro de uma loucura e de uma infâmia consumadas no Ocidente e em um contexto sem nenhuma relação com o atual conflito médio-oriental”.

Da mesma forma que o trabalho entende que os Direitos Humanos são uma invenção, ficção contextualizada sem nenhum tipo de naturalização, observe-se que também o Oriente é uma invenção do Ocidente, como se revela no título da obra de Said (2003).

Na medida em que o Ocidente adquire uma centralidade hegemônica no âmbito das relações políticas e jurídicas globais, ele molda, condiciona e constrói a ótica de análise das diferentes realidades inseridas nos países e povos da Ásia e África, criando uma homogeneidade que além de equivocada no sentido metodológico-epistemológico, não se verifica de forma alguma empiricamente. Assim, já se visibiliza como funciona o preconceito presente nessa perspectiva.

A própria nomenclatura Oriente já possui um padrão de referência a partir do qual pode-se indagar: qual é o ponto de partida? O que é então o centro? Said (2003) é um importante nome para lançar luzes para as relações entre colonialismo e orientalismo, sendo esse último justamente essa forma ocidentalizada de representação dos povos habitantes do Oriente Médio.

A ideia central do orientalismo é a interpretação e sistematização que foi construída no Ocidente para o Oriente. É um discurso de poder derivado do imperialismo e do colonialismo. O escritor palestino (2003) discorre como os orientalistas, estudiosos ocidentais do Oriente, usavam de estereótipos e generalizações com visões preconceituosas, ao que referenciavam, por exemplo, que o “Oriente foi assim ligado a elementos da sociedade ocidental (delinquentes, loucos, mulheres, pobres), que tinham em comum uma identidade que era mais bem descrita como lamentavelmente estrangeira” (SAID, 2003, p. 213).

Sendo exclusivamente para atender aos interesses econômicos, políticos e ideológicos do Ocidente, o orientalismo pode ser tanto latente, quanto manifesto (SAID, 2003, p. 212-216). Enquanto o orientalismo latente refere-se à maneira sutil de representar o Oriente nas inserções feitas às suas menções na literatura, no discurso e na cultura ocidental, o orientalismo manifesto trata-se da forma mais explícita dessas representações utilizando-se de simplificações e

generalizações. Said (2003) argumenta que ambas distorcem e marginalizam as identidades desses povos apenas para reforçar a relação de poder do Ocidente sobre o Oriente.

Mais do que levar em conta as diferenças culturais nesta ótica de análise, e de partir de uma teoria crítica dos Direitos Humanos que não homogeniza a realidade dos diferentes conflitos e culturas do Oriente Médio, o trabalho possui uma preocupação metodológico-epistemológica que se perfaz na adoção da ferramenta do diamante ético, a ser explicado a seguir.

1.4.3 O Diamante Ético de Herrera Flores

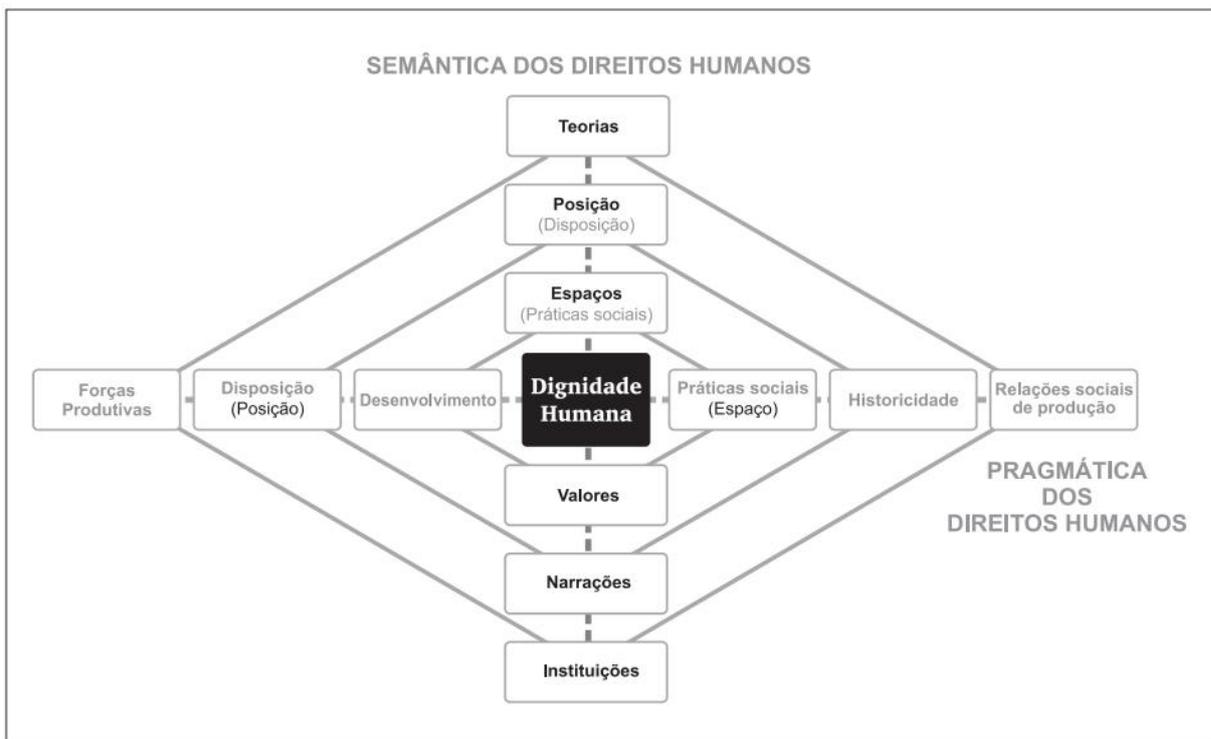
Nesse primeiro capítulo, a pesquisa estabeleceu seu marco teórico, explicando as importantes fontes teóricas e conceituais que possibilitam um melhor entendimento do fenômeno da violência colonial enfrentada pela população palestina. O trabalho, no entanto, utiliza-se também do material empírico documental do filme “Cinco Câmeras Quebradas” como importante instrumento de análise já que se interessa pelas narrativas apresentadas (nesse caso a partir da arte) pelos personagens principais desse conflito, em especial da perspectiva que está sofrendo esses ataques.

A opção metodológico-epistemológica por assim conduzir esta análise leva em consideração a compreensão da complexidade desse contexto de forma responsável com a formação social referida anteriormente. Para situar os Direitos Humanos nesta análise é preciso dar-se conta da profundidade dos elementos que compõem a realidade dos direitos (HERRERA FLORES, 2009).

Assim, é possível dar protagonismo a quem é protagonista, colocando em centralidade os atores e atrizes sociais e a construção que se dá nas lutas das pessoas afetadas pelas violências, neste caso a população de Bil’in.

Para tanto, Flores (2009) constrói uma metodologia relacional que será utilizada nesse trabalho, a partir da visualização do Diamante Ético.

Figura 1: Diamante ético sintaxe da realidade dos Direitos Humanos.



Fonte: HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 116.

Como se depreende da figura acima, o diamante ético é uma ferramenta didática que tenta exprimir os principais fatores de análise. Não é possível expressar nessa figura, mas ele possui três capas que estão em eterno movimento, pois tem três dimensões não estáticas. A primeira, traz categorias mais genéricas como teorias, instituições, forças produtivas, relações sociais de produção.

A segunda, traz categorias que se relacionam com o caráter “impuro” dos Direitos Humanos: posição, disposição, narrações e historicidade. A terceira, traz elementos que desenvolvem os Direitos Humanos como resultado do processo das lutas sociais: espaço, valores, desenvolvimento, práticas sociais (HERRERA FLORES, 2003).

Os elementos são sempre visíveis, independente do ângulo já que o diamante é um sistema interligado de cristais interconectados. Porém, há uma certa interdependência entre seus componentes. Assim, o trabalho tem como horizonte uma perspectiva crítica dos direitos e dos

Direitos Humanos, sobretudo a partir de uma ética que se determina da centralidade da dignidade humana, na consecução das condições de vida digna e na visibilização das lutas sociais.

É possível dizer que o diamante anteriormente exposto resulta da convergência dessas lutas, contextualizadas sóciohistoricamente, impulsionadas por eixos teóricos e práticos. Esses eixos também compõem o diamante a partir do que Flores (2009) chama de eixo horizontal (elementos materiais – teorias, posição, espaço, valores, narração e instituições) e eixo vertical (elementos conceituais – forças produtivas, disposição, desenvolvimento, práticas sociais, historicidade e relações sociais).

É apenas observando o acesso ou não-acesso igualitário aos bens materiais e imateriais que se visibiliza a concreticidade dos direitos. Observe-se que nessa pesquisa muitos elementos são trazidos à tona, por exemplo, disposições, historicidade, teorias, espaço, narrações, posição. No entanto, aqui há uma opção metodológica de trabalhar em especial a partir dos seguintes elementos: teorias, espaço, narrações.

Isso porque sendo um trabalho de conclusão de curso de graduação em Direito não há preparo metodológico nem condições de tempo hábil para realização de uma pesquisa histórica *stricto sensu*, apenas possibilidade de uma relativização saudável no tempo e no espaço para tratar deste conflito em específico. Além disso, os elementos conceituais escolhidos são primordiais na análise em desenvolvimento que tem como objeto o documentário retromencionado.

As teorias sobre necropolítica, colonialismo, orientalismo e biopoder, quando utilizadas em diálogo permitem visibilizar e explicar características que se demonstram na realidade material exposta do documentário. O espaço, por sua vez, tem centralidade no conflito retratado, já que a terra é o lugar de disputa e ocupação. A sobrevivência palestina se dá dentro de ataques em que a justificativa também é territorial. As estratégias necropolíticas também são territoriais, como se demonstrou nesse capítulo.

Quanto às narrações, pode-se depreender que os relatos de Burnat trazem consigo uma ótica pouco explorada pelo lado dominante, onde ele, em primeira pessoa, filma as constantes investidas do exército israelense contra a população de seu vilarejo. Nesse sentido, o

depoimento do narrador é crucial para compreender o conflito a partir da lógica daquele que é o principal alvo da violência colonial na Cisjordânia.

Ao mesmo tempo que Burnat descreve os horrores da expansão do colonato israelense, é através de seu relato e das suas filmagens que se entende a absoluta truculência das tropas de Israel, não à toa, é o que justifica o título, porque cada uma das cinco câmeras utilizadas na produção do filme supracitado foi destruída pelos paramilitares israelenses. O narrador nesta obra é quem situa qualquer um que o assiste no mesmo horror das máquinas de guerra citadas por Mbembe (2018, p. 54-55).

Por exemplo, esse trabalho traz ainda alguns relatos do livro “Em Estado de Choque” do jornalista palestino Omer (2017), que mora em Gaza, onde de maneira comum é utilizado palavras derivadas de destroços e estilhaços para descrever os corpos pelos quais o aparato bélico de Israel devastava.

No seu capítulo “Hospital Al-Aqsa voa pelos ares” (OMER, 2017, p. 120-123), o autor discorre sobre as dezenas de palestinos feridos e mortos após um ataque de tanques israelenses ao hospital homônimo. A descrição do momento quando “médicos, enfermeiros e pacientes jaziam no chão, sangrando” (OMER, 2017, p. 121) traz luz aos ataques direcionados até mesmo às instalações médicas sob a escusa de ser um potencial esconderijo para grupos como Hamas.

Alguns de seus relatos vão sendo expostos ao longo dessa monografia como, inclusive, já se verificou neste capítulo. Assim é possível trazer a sensibilidade devida a um trabalho de crítica de Direitos Humanos.

2 AS LENTES DE BURNAT: NARRATIVA E ESPAÇO

2.1 O Contexto Político e o Conflito Israel-Palestina

É imprescindível trazer o contexto histórico-político do que se discute nesse trabalho, pois o que se traz na pesquisa não é um fenômeno que surge do nada. Esse trabalho de conclusão parte do raciocínio de que o conflito entre pessoas palestinas e judias se acentua na tentativa de implantação do projeto sionista de colonização da Palestina no início do século XX. No entanto, na sua dimensão expandida, envolvendo todo o mundo árabe e transformando-se em um conflito internacional, teve sua origem em uma contradição fundamental na política externa da Grã-Bretanha.

Inicialmente, a Grã-Bretanha buscou obter apoio militar árabe durante a Primeira Guerra Mundial, na frente contra os turcos, garantindo, como contrapartida, a independência dos povos árabes¹¹. No diálogo entre Husayn bin'Alī, esse que era Emir de Meca no período, com Henry McMahon, o Alto Comissário da Coroa Inglesa no Cairo, percebe-se que a Grã-Bretanha negociava com a liderança árabe em anuência com seus anseios de liberdade, como se observa na carta n. 2 de 30 de agosto de 1915 enviada por McMahon (correspondência McMahon-Husayn, 1915-16):

os interesses árabes são interesses ingleses e árabes ingleses. Com esta intenção, 'confirmamos a você os termos da mensagem de Lord Kitchener, que chegou até você pelas mãos de Ali Effendi, e na qual foi declarado claramente nosso desejo pela independência da Arábia e de seus habitantes, juntamente com nossa aprovação do califado árabe quando deve ser proclamado (correspondência McMahon-Husayn, 1915, carta n. 2).

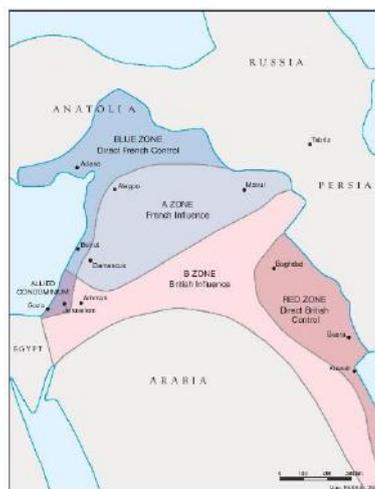
¹¹ Essas informações são extraídas da análise das correspondências entre o Emir do Hejaz, Estado-nação que compreendia maior parte dos povos árabes, e Henry McMahon, representante do Alto Comissariado da Coroa Britânica em Cairo. Essa, assim como as demais correspondências, pode ser encontrada em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/the-hussein-mcmahon-correspondence-july-1915-august-1916#2>>. Acesso em 04. jun. 2023.

Ao mesmo tempo em que as tratativas com os árabes se davam, os britânicos junto às outras potências da Entente, como a França, previam a divisão do Oriente Médio em meio à perspectiva de desintegração do Império Otomano.

Para Hourani (2006), os interesses dessas potências eram dos mais variados. Essa importância não se dava apenas pelo interesse regional, mas também pela manutenção do poder hegemônico da Grã-Bretanha, principalmente, como “potência mediterrânea e mundial” (HOURANI, 2006, p. 357). Isso incluía estimular a aquisição de terra na Palestina para judeus advindos da Europa. Dessa forma, esta terra foi sofrendo alterações drásticas na sua demografia. Segundo o autor, “em 1922, os judeus contavam cerca de 11% de uma população total de três quartos de milhão, [...]; em 1949, formavam mais de 30% de uma população que duplicara” (HOURANI, 2006, p. 360).

É dentro desse contexto que secretamente elas moldaram o acordo secreto Sykes-Picot de maio de 1916¹², que estabelecia a divisão dos territórios árabes sob o regime de Mandatos entre os britânicos e os franceses, regime esse que perdurou até a criação do Estado de Israel em 1948. Essas potências disputavam entre si a influência e o controle na região.

Figura 2: Acordo Sykes-Picot.



¹² BBC NEWS BRASIL. **Sykes-Picot: o acordo secreto que está na raiz de conflitos no Oriente Médio**. 18 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

Fonte: The Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA), 2001.

Após a revolução russa de 1917, o governo soviético denunciou e revelou o acordo Sykes-Picot ao mundo. Além disso, as declarações contraditórias da política britânica causaram apreensão entre os árabes. Esses acontecimentos levaram a Grã-Bretanha a fornecer novas garantias ao líder Husayn (GOMES, 2001).

Apesar destas garantias aos árabes, havia um terceiro acordo, que conflitava com os dois primeiros. Esse acordo foi formalizado na "Declaração de Balfour"¹³, que apoiava o estabelecimento de um "lar nacional para o povo judeu" na Palestina. É importante notar que a Declaração menciona a população nativa apenas como não-judia, refletindo uma mentalidade europeia extremamente colonialista (GOMES, 2001). A Declaração desempenhou um papel crucial no conflito na Palestina, já que o governo britânico pretendia impor os termos da Declaração como uma espécie de Constituição sionista aos habitantes árabes.

No final de 1918, o controle da Palestina foi assumido pela Grã-Bretanha. Como parte do Tratado de Versalhes, durante a Conferência de Paz de Paris realizada após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Pacto da Sociedade das Nações foi estabelecido em junho de 1919. Esse pacto introduziu o Sistema de Mandatos, que afirmava que o desenvolvimento dos territórios sob a tutela das "nações mais avançadas" era uma "missão sagrada da civilização", conforme estabelecido em seu artigo 22. A Grã-Bretanha estabeleceu uma administração militar na Palestina e em outras áreas do Oriente Médio que foram ocupadas pelos Aliados durante a guerra.

O Mandato britânico na Palestina permitiu ao sionismo estabelecer instituições voltadas para a organização e crescimento da comunidade judaica. Essas instituições muitas vezes operavam paralelamente às estruturas do mandato britânico, inclusive com aparato bélico (GOMES, 2001, p. 27). Enquanto isso, os árabes enfrentavam restrições e dificuldades para

¹³ G1. **Declaração Balfour, as 67 palavras que há 100 anos mudaram a história do Oriente Médio.** 06 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/declaracao-balfour-as-67-palavras-que-ha-100-anos-mudaram-a-historia-do-orientes-medio.ghtml>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

estabelecer suas próprias instituições e eram proibidos de possuir armas, tanto por limitações financeiras quanto por imposições da Administração.

Devido às incongruências da administração britânica, conseqüentemente insuflou-se na região uma sequência de revoltas do povo árabe, que se intensificaram a tal ponto que não havia como a Coroa chegasse a qualquer resolução dos conflitos. Ao longo da crise, Comissões Reais enviadas para os territórios sob mandato inglês recomendavam fortemente a partilha da região. O Livro Branco de maio de 1939 (MEMORANDO MACDONALD, 1939) foi um instrumento de viés unilateral do regime inglês que não reconhecia nem um Estado judeu ou um Estado palestino, o que, obviamente, não conciliou nenhuma das partes conflituosas (GOMES, 2001, p. 28).

É, então, que ao fim da Segunda Guerra Mundial, vivendo uma grave crise financeira devido ao pós-guerra, fora a perda de controle na região, uma vez que ambos os povos em conflito não apoiavam mais a ingerência da Coroa, a questão da Palestina é transferida para a ONU. Nesse contexto, embora evidente o direito de sua independência, havia um certo “jogo de cartas marcadas” (GOMES, 2001, p. 81).

A Organização Sionista Mundial – OSM -, entre outras técnicas e estratégias, se utilizou da tragédia do holocausto nazista para influenciar pesadamente a opinião pública mundial, mas 82 principalmente a norte-americana, acrescentando mais um instrumento de pressão sobre o governo dos EUA. Logo que a Grã Bretanha anunciou a transferência do problema palestino à ONU, a OSM solicitou aos EUA que assumissem a defesa das aspirações nacionais judaicas, utilizando-se, para isso, do aparato de apoios que construira anteriormente junto a numerosos membros do Congresso Americano (GOMES, 2001, p. 81-82).

Em 1947, a *United Nations Special Committee on Palestine* (UNSCOP), criada para ser o Comitê responsável para resolução da questão Palestina, apresentou as teses judaicas e árabes: a primeira defendendo a instituição de um Estado judeu em todo território palestino, ancorando-se nos termos estabelecidos durante a vigência do Mandato britânico; e a última defendendo o seu direito à independência, dado o estabelecimento do seu povo por muitos séculos naquela região, bem como denunciando a ilegalidade do Mandato. Como não houve consenso, restou aprovada por maioria dos presentes na Comissão a proposta de partilha de um Estado árabe independente e um Estado judeu independente (GOMES, 2001, p. 86).

Na sessão presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha¹⁴, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu pela partilha da Palestina (Resolução n. 181 de 1947). A insatisfação de ambas as partes resultou na Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949). Israel estaria mais provido de recursos financeiros e militares, antevendo há mais tempo a hipótese de uma eventual guerra, enquanto os países árabes tinham uma flagrante deficiência infraestrutural. O resultado direto do confronto foi a ampliação de territórios pela parte de Israel com fuga em massa de milhares de palestinos de suas terras originárias (GOMES, 2001, p. 100).

Remetendo ao que foi explicitado no ponto 1.4.2, a relação de Israel com regimes de *apartheid* ficou notada. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, inclusive, em 1975, uma resolução que considerava como racismo as propostas sionistas. No entanto, houve recuo desse entendimento após forte pressão política, em especial estadunidense (DE MORAES, 2009, p. 185).

Essa relação entre África do Sul e Israel era composta de três elementos centrais: i. compra e venda de armamento; ii. tecnologia nuclear; e, finalmente, iii. a resposta a grupos em oposição aos regimes (DE MORAES, 2009, p. 184).

Em 1987, foi aprovada uma resolução contra o terrorismo na Assembleia Geral das Nações Unidas, ao que foi de encontro ao entendimento dos Estados Unidos da América e Israel que discordavam do dispositivo legal que não levava em consideração se o terrorismo era praticado em contexto colonial. Nas palavras de Moraes (2009, p. 186, grifo do autor): “para os estadunidenses e sócios, **terrorista** não era o regime do *apartheid*, mas quem lutava contra ele”.

No decorrer das décadas, houve vários conflitos e guerras na região que somente chegaram perto de um acordo formal com os Acordos de Oslo¹⁵, esse responsável pela primeira aproximação genuína que poderia pôr fim aos conflitos na região. O acordo se deu através da aproximação do Líder da Organização pela Libertação Palestina, Yasser Arafat, e o então

¹⁴ VEJA. **Oswaldo Aranha: o brasileiro por trás da partilha da Palestina**. 08 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/oswaldo-aranha-o-brasileiro-por-tras-da-partilha-da-palestina>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

¹⁵ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **30 anos depois dos Acordos de Oslo: “Esta terra não merece muros, mas a construção de pontes”**. Entrevista com Mahmūd Abbās, presidente da Palestina. 17 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627907-30-anos-depois-dos-acordos-de-oslo-esta-terra-nao-merece-muros-mas-pontes-a-construir-entrevista-com-mahmud-abbas-presidente-do-estado-da-palestina>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, e previa que a Autoridade Palestina seria responsável por gerir a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Infelizmente, poucos anos após a assinatura do acordo, o então mandatário israelense foi morto a tiros por um judeu de extrema-direita. Dessa forma, De Aguiar (2016, p. 11) reitera que “os esforços realizados em Oslo, golpeados pela morte de Rabin, caem por terra de vez no ano 2000”. Daí há a Segunda Intifada, que precede os eventos do documentário (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). É durante essa revolta de palestinos contra as investidas israelenses que nasce o segundo filho de Burnat.

Fato é que nos espaços controlados por Israel o acesso às condições mais elementares de vida depende do pertencimento étnico. “Somente os palestinos correm o risco de ter a propriedade destruída, de serem deportados, de serem torturados (mesmo os que ainda são menores de idade), de serem entregues aos esquadrões da morte” (LOSURDO, 2020, p. 46). Assim, o acesso à terra, à água e aos direitos mais básicos são extremamente limitados.

2.2 Os percalços do ator e os do diretor

O documentário (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011) tem uma importância no sentido de revelar para o mundo um cotidiano particular das resistências e lutas palestinas ante a ocupação pelo Estado de Israel nas primeiras décadas do novo milênio. O filme une a visão do palestino Emad Burnat, que é o narrador, autor e cinegrafista, e do israelense Guy Davidi. Nele são abordadas as consequências da violência colonial e principalmente da construção da barreira nos arredores de Bil'in, cidade natal do protagonista.

O filme tem início com o nascimento do filho mais novo de Emad Burnat, Gibreel Burnat. É esse o ponto de partida da história que impulsiona o narrador/autor e o motiva a gravar imagens. Ele inicia mostrando câmeras quebradas em sua mesa, enquanto imagens trêmulas e sons de carros de polícia são exibidos. A primeira cena mostra a bandeira do Brasil pintada na porta da frente de sua casa, simbolizando a origem de sua esposa, com seu filho sentado e olhando para fora através da porta aberta.

Bil'in é uma aldeia cercada por colinas nos territórios ocupados da Cisjordânia. O narrador é um camponês, assim como sua família, que depende exclusivamente da agricultura para sobreviver. Desde a sua infância, Burnat colhia azeitonas com seu pai, assim como boa todas as famílias do vilarejo.

Com o decorrer do filme, Burnat acaba registrando com suas câmeras o dia a dia dos conflitos pela terra, as ações do exército de Israel na sua aldeia e a reação de seu povo ao muro sobre suas origens, assim como as práticas de sobrevivência por intermédio da agricultura. No decorrer de cinco anos é demonstrado o processo de resistência e manifestação pacífica dos aldeões. Burnat não tinha intenções propriamente profissionais, usava suas câmeras, que foram quebrando uma a uma, para fins de enfrentamento, proteção e reação. Assim, era possível ter um registro do processo gradual de perda da sua terra.

Em suma, os agentes de Estado de Israel chegam para medir a área e construir uma barreira de separação no meio da aldeia de Bil'in. Os *bulldozers* brutalmente destroem a terra onde o narrador nasceu. É nesse momento que seu quarto filho, Gibreel, e Burnat decide comprar sua primeira câmera para gravar os primeiros dias de vida do bebê.

O diretor e narrador relata que cada um de seus quatro filhos teve uma infância diferente. O mais velho, Mohamed, nasceu em 1995, durante um período de esperança após os Acordos de Oslo. Seu segundo filho, Yasin, nasceu três anos depois, em um momento de incerteza. No mesmo dia da Segunda Intifada, em 2000, nasceu Taki-Ydin, seu terceiro filho, em um hospital cheio de mortos e feridos. A infância de Taki-Ydin foi moldada pelo cerco da Cisjordânia.

Somente em 2005, Gibreel nasceu. Durante o período da infância de seu pai até a infância de Gibreel, os assentamentos de Israel foram se expandindo cada vez mais. No filme (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011), o assentamento de Modi'in Illit estava em construção, o que levou ao aumento da população israelense no território durante esses cinco anos. A barreira, que deveria separar e proteger os israelenses, foi construída longe do assentamento e perto de Bil'in, uma estratégia para ocupar mais terras das aldeias circundantes.

Em um determinado momento, a brasileira Soraya Burnat retira as roupas do varal enquanto ouve tiros ao fundo. Ela pede ao irmão mais velho que tire o irmão mais novo da rua. O narrador usa a mesma câmera que gravava seu filho para documentar todos os acontecimentos

na aldeia. Ressalte-se mais uma vez que ele nunca teve a intenção de fazer filmes, mas, uma vez com a câmera, decidiu usá-la para gravar tudo, desde performances até protestos.

À medida que a resistência continua, mais confrontos acontecem entre os manifestantes palestinos e as forças de segurança israelenses. O narrador e outros ativistas usam suas câmeras para documentar os abusos cometidos pelas tropas, como uso excessivo de força, prisões arbitrárias e violência contra os manifestantes. Ao mostrar esse cotidiano a câmera amadora captava um material espontâneo no qual era possível notar a gradativa inserção de crianças nos protestos.

A aldeia de Bil'in começa, então, a chamar a atenção da mídia internacional e recebe o apoio de ativistas de várias partes do mundo. Esses protestos ganham destaque e solidariedade, mas a construção da barreira continua. A segunda câmera do narrador é doada por seu amigo Yisrael, um ativista israelense que apoia a causa palestina.

Destaca-se o companheirismo entre Burnat e seus irmãos, dos quais Riyadh lidera movimentações. Além disso, os primos Adeeb e Bassem compunham a linha de frente das manifestações com articulação central e pacífica. Com essa organização foram ocorrendo protestos semanais, às sextas-feiras, após as orações, diante do muro que os atravessava: “nascemos nesta terra e morreremos aqui, viveremos nesta terra o resto de nossas vidas” (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Essas palavras são proferidas ante um abraço na oliveira que carrega as heranças ancestrais das pessoas.

Enquanto a resistência persiste, o irmão do narrador, Riyadh, é libertado da prisão após ter sido detido durante uma das manifestações. Sua libertação é celebrada pela aldeia, que o vê como um herói.

Passa-se, então, um ano desde o nascimento de Gibreel, e nesse momento, devido à intensa pressão da aldeia e à atenção internacional, os moradores de Bil'in são finalmente autorizados a atravessar a barreira. No entanto, o narrador observa que os edifícios dos colonatos israelenses continuam a crescer, indicando a expansão contínua da ocupação.

A aldeia de Bil'in se torna um símbolo de resistência popular em todo o mundo, e seus habitantes não apenas enfrentam a ocupação israelense em sua própria terra, mas também

reagem contra outras agressões israelenses, como a ofensiva contra o Líbano em 2006. A repressão por parte do exército israelense se estende não apenas aos palestinos, mas também aos cinegrafistas internacionais e correspondentes estrangeiros que tentam documentar os abusos. Outro cinegrafista tem sua câmera quebrada, demonstrando a hostilidade e o desejo de impedir a divulgação dos acontecimentos.

Durante os confrontos, o exército israelense usa armas de fogo contra os aldeões, homens, mulheres e crianças de uma pequena aldeia. Adeeb é atingido por uma bala na perna e precisa ser levado em uma van hospitalar pela comunidade. A situação gera grande comoção e revolta contra o exército, levando à detenção de um dos aldeões por desacato, chamado Phil, amigo do narrador. Adeeb leva um ano para se recuperar do ferimento, e durante esse período, seu filho mais velho, Mohamed, passa a gostar de filmar seu pai, perpetuando a tradição de documentação da resistência.

A família do narrador (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011), assim como os demais habitantes de Bil'in, depende da terra onde vivem para se sustentar e subsistir. No entanto, Israel usa diversas técnicas para se apropriar dessas terras, algumas das quais são ilegais até mesmo de acordo com as próprias leis. Uma dessas táticas é permitir que colonos israelenses instalem reboques e caravanas em território palestino, transformando a presença em um fato consumado. Os aldeões tentam resistir a essas instalações, mas a impossibilidade de impedi-las leva à ideia de instalar sua própria caravana no terreno sequestrado do outro lado da barreira de separação, como forma de resistência e reivindicação de sua terra. Essa estratégia busca desafiar a apropriação ilegal e simbolizar a continuidade da luta pela posse das terras palestinas.

Os soldados israelenses abam por expulsar os aldeões e remover o contêiner que haviam instalado ali usando um guindaste. No entanto, os aldeões decidem trancar-se dentro do contêiner como forma de protesto. Durante a noite, o exército chega novamente e destrói o cadeado para retirar os aldeões à força e remover o contêiner do local (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Essa ação simboliza a constante luta dos aldeões para resistir à ocupação e reivindicar suas terras.

A ocupação israelense evolui para a construção de "postos de concreto", fazendo uso de uma lei que impede o exército de destruir estruturas feitas desse material. Assim, uma vez que

a terra é reclamada, as empresas de construção podem avançar. Os aldeões decidem utilizar a mesma lei para proteger suas terras, e durante a noite começam a construir estruturas de concreto do outro lado da barreira de separação (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). No entanto, o exército israelense dispersa imediatamente essas pessoas, impedindo os aldeões de conservarem suas terras dessa forma.

O exército israelense costuma agir frequentemente à noite. Em determinada ocasião destrói e queima as oliveiras, em retaliação à resistência da população da aldeia. Essas árvores sempre foram a principal fonte de subsistência das aldeias dos arredores, fornecendo azeitonas geralmente no outono. Essa ação agrava ainda mais as tensões entre os aldeões e os colonos. Assim, os protestos continuam e se tornam cada vez mais violentos, sendo dispersados pelo exército israelense com o uso de armas de fogo e granadas de gás. Prisões arbitrárias são realizadas, e o segundo irmão do narrador, Eyad, é preso, refletindo a repressão constante imposta pelas autoridades israelenses (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

A situação se torna um círculo vicioso, onde os aldeões precisam constantemente reconstruir o que chamam de "posto avançado" em ironia aos postos militares israelenses. O narrador se impressiona com a perseverança de seus amigos Phil e Adeeb, que conseguem manter o moral alto mesmo quando parece não haver mais esperanças.

Aos quarenta minutos da produção audiovisual (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011), é retratada a sensação de desesperança que toma conta dos aldeões, como se todos os seus esforços e desgaste não tivessem adiantado nada, enquanto os colonatos israelenses continuam a avançar. Esse sentimento de desespero leva pessoas como Daba, o irmão de Phil, a tentar deter as máquinas de construção sozinho. Essas confrontações intensas resultam na quebra da segunda câmera, que havia testemunhado os acontecimentos desde o verão de 2006 até a primavera de 2007.

O narrador compra uma terceira câmera no aniversário de três anos de Gibreel. Com o passar dos meses, Gibreel se torna cada vez mais consciente dos problemas ao seu redor. Bil'in continua a realizar manifestações semana após semana. Durante um dos protestos, Adeeb questiona a ausência das equipes de televisão israelenses para cobrir os protestos naquela região. Gibreel começa a acompanhar os protestos ao lado de seu pai e testemunha o terror promovido pelo exército. Ele vê pessoas que conhece sendo presas e não consegue entender o

motivo. Jaffar, o terceiro irmão do narrador, também é preso (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

O exército israelense começa a se fazer mais presente na aldeia, tentando impedir que as pessoas se manifestem. Em resposta, os aldeões lançam pedras e garrafas contra os soldados. O narrador menciona que, enquanto filma, sente que a câmera o protege, embora saiba que isso seja apenas uma ilusão. Ele registra a detenção de seu irmão Khaled e observa seus pais tentando parar o jipe do exército, sentindo-se impotente diante da situação. Mesmo assim, ele acredita que capturar essas imagens terá algum significado (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). E como este trabalho demonstra, para além de ser um importante material documental empírico, é o símbolo de sua luta mostrado para o mundo inteiro.

Aos quarenta e quatro minutos e vinte segundos do documentário (CINCO CAMERAS QUEBRADAS, 2011), os soldados começam a realizar incursões noturnas na aldeia, principalmente por causa das crianças, na tentativa de desencorajar a população de continuar com a luta. Em uma dessas ações, os soldados levam uma criança presa no meio da noite.

No dia seguinte, as crianças da aldeia se organizam e imitam os protestos de seus pais, entoando cânticos e clamando por sua própria terra. Eles também cantam frases como "Queremos dormir!" para expressar o impacto da ocupação em suas vidas. Em resposta, os soldados fecham a barreira. Nesse momento, Adeeb apela aos soldados em busca de paz, afirmando que os israelenses são irmãos dos palestinos e pedindo que se eles fossem embora, não seriam atacados com pedras (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). No entanto, um soldado israelense acaba sendo ferido, o que leva à escalada da situação e o exército age de forma truculenta mais uma vez.

Os soldados invadem as casas dos aldeões em busca dos participantes do protesto, e mais uma criança da vila é presa. A mãe dessa criança confirma ao narrador que seu irmão, Eyad, foi atingido no ombro durante a ação.

Os filhos de Burnat encontram uma carta espalhada pela aldeia pelos soldados israelenses, que instrui as pessoas a se manterem afastadas do muro durante as manifestações de sexta-feira. Em resposta, Soraya Burnat afirma que eles então se manifestariam no sábado.

Essa é uma demonstração de resistência e determinação por parte da comunidade, que não se deixa intimidar pelas restrições impostas e continua a lutar por seus direitos.

Durante a noite, soldados batem à porta de Burnat. O narrador segura a câmera para se proteger e o soldado ordena que ele pare de filmar. Burnat questiona o soldado, afirmando que tem o direito de filmar em sua própria casa. Os soldados solicitam que ele mostre seu documento de identidade. Nesse momento, o soldado alega que aquela região agora era uma Zona Militar Fechada e lê um documento que declara a área como tal, ordenando a evacuação imediata e proibindo a entrada ou permanência no local. Esse soldado afirma que a família estaria violando essa ordem e novamente pede ao narrador para parar de filmar. Burnat argumenta que é jornalista e, portanto, tem o direito de filmar, mas, por fim, ele acaba interrompendo a filmagem.

A polícia intensifica as prisões arbitrárias. O narrador (CINCO CAMERAS QUEBRADAS, 2011) é interrogado e acusado de atirar pedras contra os policiais. Ele é preso, mas seu advogado consegue que ele fique em prisão domiciliar. No entanto, ele é transferido para uma casa fora de Bil'in e a câmera é tudo o que ele leva consigo.

Durante a prisão domiciliar, um psicólogo que avalia para o tribunal israelense visita o narrador. Nesse contexto, ele já está preso há um mês. Burnat sente que tem um propósito na vida e está disposto a pagar o preço, pois acredita que seu caminho foi destinado a ele. Após algum tempo, ele é libertado e retorna a Bil'in. Seu caso foi encerrado, no que foi dito a ele que as provas foram perdidas (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

A partir de sua libertação, Burnat decide ir para a manifestação, apesar da preocupação de sua esposa, que ressalta que é um feriado e questiona se ele já não tem problemas suficientes. Ela deseja que todos fiquem juntos durante o feriado, mas o narrador sente a necessidade de continuar filmando. Durante a manifestação, a câmera dele é atingida por uma bala, e ele só consegue ouvir um zumbido. Ele menciona que talvez a terceira câmera quebrada tenha salvado sua vida, pois a bala estava alojada nela, servindo como um lembrete da fragilidade da vida. Isso relembra as noções de “ser-para-a-morte” de Heidegger (2005) trabalhadas no primeiro capítulo, bem como a lógica da sobrevivência mbembiana (2018). Essa terceira câmera resistiu do inverno de 2007 ao de 2008, sendo alvejada e reparada duas vezes (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

Nesse momento, Burnat diz que precisa encontrar forças para continuar realizando as atividades normais da família. O tempo continua passando e a população continua a se manifestar todas as sextas-feiras, mas a barreira continua se expandindo e afetando outras aldeias. A população acredita que nada deterá o avanço da ocupação. Nesse momento, o narrador decide fazer algo para elevar o moral da comunidade local: exibir suas imagens para os aldeões, permitindo que eles se distanciem um pouco desses acontecimentos. Ele acredita que isso contribuiu para aumentar a solidariedade entre eles e os encoraja a fazer com que mais aldeias comecem a protestar (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Aqui demonstra-se mais uma vez a importância desses registros, porém, dessa vez a importância no contexto interno.

Até 2008, muitas outras aldeias em toda a Cisjordânia aderiram à luta de Bil'in como um modelo para uma nova forma de resistência. O governo de Israel temia que esses protestos se tornassem uma terceira Intifada e, portanto, o exército encontrava-se sob pressão.

Uma pessoa é morta em Nil'in, uma aldeia próxima, e, como forma de demonstrar apoio, todos decidem protestar. No entanto, esse protesto é recebido com bombas e todos são dispersados. No meio do caos em Nil'in, Daba é atingido na perna por um tiro. Os soldados usam diversos tipos de armamento, incluindo armas de fogo e atiradores de elite posicionados nas colinas próximas à aldeia. A situação continua tensa e violenta (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

Um rapaz de 11 anos é morto em Nil'in por atiradores israelenses próximo à sua casa. Logo após o funeral, um outro rapaz de 17 anos também é morto. O diretor (CINCO CAMERAS QUEBRADAS, 2011) reflete que seguir ideias não violentas não é fácil, ainda mais quando a morte está presente em todos os lugares. As imagens de caos trazem recordações para esse narrador, as quais ele prefere esconder de seus filhos. Como foi demonstrado no primeiro capítulo, muitas vezes a sobrevivência significa o desejo da morte do outro.

Ele tenta protegê-los do perigo, mas a ocupação israelense sempre os pega desprevenidos. Sua preocupação é criar filhos fortes, preparados para essa realidade. Phil é o único que ainda é otimista, sempre acreditando que as coisas irão mudar. Nesse momento, uma boa notícia chega: uma decisão do Tribunal Israelense obrigando a desmantelar uma seção da barreira. A aldeia celebra e comemora (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

Um ano depois, não há sinais concretos que a decisão do Tribunal foi implementada. Burnat filma a destruição de uma parte significativa da terra além da barreira. Ele se sente tonto (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Em seguida, o narrador dirige um caminhão que se choca contra essa barreira. A quarta câmera então é quebrada. Essa câmera operou durante todo o ano de 2008.

Ele precisa ser levado a um hospital israelense devido ao choque com a barreira. Se o acidente tivesse ocorrido em uma área palestina, ele provavelmente não teria sobrevivido se fosse levado a um hospital mediano da região da Cisjordânia. Houve consequências graves em grande parte do seu corpo, o que fez ele ficar inconsciente por 20 dias (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Isso demonstra as consequências psicológicas além das físicas.

Quando Burnat acorda no hospital em Tel Aviv, Israel inicia uma grande ofensiva em Gaza no final de 2008. Dois meses depois, o narrador volta para casa sem uma recepção calorosa, pois as pessoas estavam de luto por Gaza. Os médicos informam que ele nunca mais poderá realizar trabalhos físicos. Como ele não é cidadão israelense, ele acaba acumulando enormes dívidas hospitalares e para pagá-las precisa encontrar financiamento para continuar seu tratamento, já que a Autoridade Palestina não considerava seu acidente relacionado à Resistência e, portanto, não o ajudaria financeiramente.

Bil'in continua a atrair políticos de diversas ideologias. No posto avançado, os homens discutem que todas as oliveiras foram queimadas e que, se conseguissem fazer os israelenses recuarem apenas um metro do muro, já teriam obtido alguma vitória (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

Novos colonos são autorizados a se estabelecer nas áreas ocupadas além da barreira, nas terras que foram perdidas pelo povo de Bil'in, com a autorização do Tribunal Israelense (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Enquanto isso, no posto avançado, Burnat e Phil levam as crianças para assistir a um jogo da Copa do Mundo. Phil continua otimista e ele e as crianças agitam uma bandeira do Brasil em comemoração. Para o narrador, sonhar nesse momento é muito perigoso. Seu filho Gibreel tem agora quatro anos, a mesma idade da Resistência. A única proteção que ele pode oferecer ao filho é permitir que ele veja tudo com os próprios olhos, confrontando a vulnerabilidade da vida. Nessa época, diante de reações mais

brutais do exército, o diretor começa a perceber que a morte paira sobre eles. Isso se torna claro para ele quando Phil é morto (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

Daba, seu irmão, fixou cartazes pela aldeia durante a noite, em memória de Phil, que foi assassinado. Toda a aldeia fica em choque. O narrador (CINCO CAMERAS QUEBRADAS, 2011) diz que quando alguém morre, a raiva é tão insuportável que os sentimentos das pessoas estouram e elas se dispõem a morrer também.

Diante desses eventos, Gibreel pergunta ao pai por que ele não mata os soldados com uma faca (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Aqui se vê a mescla do martírio e sobrevivência trabalhadas no capítulo anterior. O pai responde que, se fizesse isso, levaria um tiro. Gibreel, com apenas quatro anos, já deseja fazer mal aos soldados pela morte de seu tio Phil. Ele não entende por que seu tio foi morto, questionando o que ele fez para merecer isso. É narrado que todos perdem sua infância em algum momento. Daba também perdeu seu sorriso. À medida que apagam cada pedaço de sua infância, é a raiva que permanece, segundo Burnat.

Burnat preocupa-se com as crianças, tanto seus filhos quanto os de Adeeb (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Ele se preocupa com o que elas sentiram no dia em que Adeeb ou ele foram presos e com a raiva delas. Os aldeões ficam mais enfurecidos, atirando pedras no exército, e pouco depois disso, Burnat recebe uma ordem de prisão. Soraya Burnat preocupa-se com as consequências que suas imagens podem ter provocado. Ela teme o que pode acontecer com ela e seus filhos com a prisão do marido. Ela está cansada.

Um exemplo das máquinas de guerra trabalhadas nesta pesquisa é quando Burnat menciona sobre a velocidade de uma bala de uma M16 é de 8.500 m/s (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011, 1:24:58).

Ressalte-se que os fuzis M16 são de produção estadunidense, logo o que se vê não são apenas soldados israelenses usando fuzis estrangeiros, mas, sobretudo, um país estrangeiro – Estados Unidos da América – utilizando corpos israelenses para oprimir e exterminar o povo palestino. O M16¹⁶ inclusive pode ser interpretado como um símbolo do imperialismo estadunidense, visto que foi utilizado em todos os conflitos bélicos nos quais os EUA

¹⁶ Para mais informações, conferir: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/M16_\(fuzil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/M16_(fuzil))>. Acesso em 04. jun. 2023.

demonstraram interesse desde a década de 60. Exemplos são a Guerra do Vietnã, a Guerra Civil do Líbano, os conflitos da Irlanda do Norte, a Guerra do Afeganistão, a Guerra do Iraque e até a Guerra da Síria.

Uma bala desse calibre acerta sua câmera em um espaço de tempo de 3 milissegundos. Nesse intervalo, antes da experiência se tornar uma memória, tudo o que ele sabe desaparece (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). A quinta câmera durou do inverno de 2009 até a primavera de 2010. Havia sido quebrada por um soldado anteriormente, mas foi reparada antes de ser atingida por uma bala.

Passa-se um ano desde a prisão de Adeb. Após cinco anos de pressão da população, a decisão do Tribunal de acabar com uma seção da barreira finalmente é implementada, embora ainda fosse uma vitória pequena para a aldeia. O exército israelense acaba por construir um muro de concreto longe de Bil'in (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

Algumas terras são devolvidas aos proprietários, mas Bil'in continua a resistir ao novo muro. Burnat diz que as barreiras podem ser removidas, mas a terra carregará para sempre as cicatrizes (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Gibreel completa cinco anos, o que, segundo o narrador, o torna um rapaz, já que abdica da inocência. Esse amadurecimento rápido entristece um pouco o seu pai. A regeneração é um desafio da vida e a única obrigação de uma vítima, segundo Burnat.

Através da regeneração, resiste-se à opressão, o que relembra os ensinamentos de Fanon (1987). O narrador continua dizendo que, mesmo sendo ferido inúmeras vezes, ele esquece as feridas que governam sua vida. Feridas esquecidas não podem ser curadas. Por isso ele filma, para cicatrizar (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Ele sabe que podem bater à sua porta a qualquer momento, mas ele continua a filmar. Isso o ajuda a enfrentar a vida e, assim, sobreviver.

No final do documentário (CINCO CAMERAS QUEBRADAS, 2011), durante seu último tratamento médico em Tel Aviv, seus dois filhos, Gibreel e Taki-Ydin, puderam acompanhá-lo. Logo depois, ele os leva à praia. Importante ressaltar que o acesso ao mar é restrito a Israel, portanto isso já é uma conquista. A sexta câmera testemunhou a primavera oriental de 2010. No último dia de filmagem, que foi também o dia da destruição do muro,

Burnat é atingido por uma granada de atordoamento, mas sua câmera não sofre danos e continua filmando até o lançamento do filme.

É importante salientar que as agruras enfrentadas por Burnat vão além da produção de seu documentário, enquanto agente dentro daquela realidade de resistência. O palestino enfrentou também dificuldades enquanto diretor, para muito além da destruição de seu material de produção cinematográfica.

Na sua indicação ao prêmio Oscar 2013, sua entrada, bem como de esposa e filhos, convidados para a premiação em Los Angeles, foi barrada na Imigração do aeroporto nos Estados Unidos da América.

O diretor, na ocasião, foi interrogado e obrigado a provar sua indicação ao Oscar, fazendo com que até o aclamado diretor de cinema Michael Moore saísse da premiação e intervisse para levar Burnat e sua família ao teatro em Los Angeles onde era gravado o prêmio¹⁷. Isso nos possibilita entender um pouco mais das relações de interesse entre Israel e Estados Unidos da América, unido ao funcionamento racista do país americano em relação aos árabes, em especial depois da ocorrência do 11 de setembro – a queda das torres gêmeas e a explosão do pentágono.

Nas suas redes sociais é possível visualizar que há um grande inconformismo no que diz respeito à falta de apoio financeiro e logístico para enfrentar as perseguições que vem sofrendo: “Eu não acredito, eu não consigo entender! Mais que 4 anos esperando por um visto dos EUA e continuo esperando! Meu requerimento na embaixada estadunidense em Jerusalém precisa começar o devido processo administrativo” (BURNAT, 2022, tradução nossa¹⁸).

¹⁷ THE HOLLYWOOD REPORTER. **Oscar-Nominated Palestinian Filmmaker Detained at LAX, Michael Moore Intervenes**. 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<https://www.hollywoodreporter.com/news/general-news/emad-burnat-detained-michael-moore-422616/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

¹⁸ EMAD BURNAT. @5brokencameras (2022, junho, 19). “*I don’t believe I don’t understand! More Than 4 years waiting for USA visa and still waiting! My application in the usa embassy in jerusalem needs to start the administrative processing*”. Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/5brokencameras/status/1538428716203884544?cxt=HHwWgIC-2YaxzNkqAAAA>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

2.3 O paradoxo da agência/resistência dos aldeões de Bil'in

Voltemos ao exemplo da Palestina, onde duas lógicas aparentemente irreconciliáveis se confrontam: “a lógica do martírio” e a “lógica da sobrevivência”. Ao analisar essas duas lógicas, gostaria de lançar luz sobre os dois problemas gêmeos da morte e terror por um lado, e do terror e da liberdade por outro. No confronto entre essas duas lógicas, o terror não se encontra de um lado, e a morte de outro. Terror e morte estão no coração de cada um (MBEMBE, 2018, p. 61-62).

Permanecer vivo e em luta é um desafio, em especial para a população que lida no dia-a-dia com a política de morte e as máquinas de guerra como uma eterna lembrança de uma condenação de morte não expressa, tampouco tácita. Mas, como foi visto no primeiro capítulo, não basta estar vivo para sobreviver.

A lógica do sobrevivente tem mais a ver com o caminho que se percorre, pois sobreviver não é apenas estar vivo, é estar vivo em detrimento dos que não estão. É estar vivo sabendo dos extermínios e estilhaços. É estar vivo, mas baqueado, ao lado de outros corpos caídos. “Ou, mais precisamente, o sobrevivente é aquele que, após lutar contra muitos inimigos, conseguiu não só escapar com vida como também matar seus agressores” (MBEMBE, 2018, p. 62).

Nesse entendimento, a sobrevivência não é só um estado passivo como se possa imaginar, e o que se visibiliza da realidade palestina é exatamente o oposto. Sobreviver é um estado ativo. É um estado de luta. Mas também de contato com a morte em outros sentidos, porque nesses casos pode ser uma circunstância sobre matar ou morrer.

Relacionando esses entendimentos, as visibilizações do documentário e o que se entende dos relatos palestinos, é possível encontrar o racismo de estado demonstrado também no primeiro capítulo (FOUCAULT, 2005). E, para além disso, uma lógica mais complexa ainda, por meio da qual todos são inimigos entre si. A linha entre horror e satisfação se torna tênue e isso é visibilizado na imagem do filho do diretor e narrador do documentário, criança de cinco anos, descrevendo que queria fazer mal aos soldados que prenderam seu pai e seus tios e provocavam terror constantemente no vilarejo que residia.

“É a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente” (MBEMBE, 2018, p. 62).

Essa importante reflexão teórica ganha muito mais sentido depois da concreticidade material revelada neste complexo relato, rico em detalhes de imagens e narrações. Tal é a importância da utilização das categorias de teoria, narração e espaço que possuem uma relação muito forte nesse contexto e, apesar de divididas didaticamente em diferentes partes desse trabalho, se misturam em todas elas.

Isso porque as características teóricas elaboradas por Mbembe (2018) podem ser observadas ao longo de todo o documentário. Um exemplo importante se destaca nas máquinas de guerra israelenses altamente sofisticadas com disparidade entre o poderio militar do Estado de Israel e os camponeses palestinos. Como se depreende do filme, a utilização, por um lado de fuzis, tanques, bombas de gás, *bulldozers*, enquanto a população de Bil'in porta apenas pedras, pedaços de pau e suas próprias vozes, era comum e cotidiana.

Há uma brutalidade cruel às manifestações pacíficas promovidas pelo povo palestino. O medo é trabalhado em todos os seus aspectos no filme, não se limitando apenas aos aparatos de guerra, mas com as consequências psicológicas e físicas do cotidiano da violência colonial. O filme demonstra que o inimigo de Israel parece ser a própria sociedade civil palestina, já que os ataques se dão onde estes habitam e trabalham.

Há uma cena muito simbólica na qual os soldados israelenses, à noite, iam em algumas casas e levam uma criança presa como forma de intimidação para que as pessoas parassem de protestar, cena essa que se repetiu outras vezes. Outra cena importante é a do medo de Soraya de seu marido ser preso novamente, que outrora incentivava Burnat a continuar se manifestando, mas com o crescimento de seu filho, o senso de conservar sua família também era impelido pelo medo, não apenas qualquer medo, mas medo da morte.

O ataque surpresa característico da necropolítica é revelado pelas ofensivas durante a noite, responsável por prisões de crianças para criar caos e pânico entre camponeses e desestimulá-los a continuar lutando por seus direitos (MBEMBE, 2018; CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

A fragmentação territorial e a soberania vertical também são amplamente demonstradas diante dos assentamentos de complexos habitacionais. Além disso, é interessante notar que os militares soltam bombas de gás lacrimogêneo e granadas do alto. A lógica da espetacularização

dos estilhaços também impera de forma que não apenas os corpos, mas as identidades são estilhaçadas pelas incessantes violações e pelo terror de olhar seus companheiros em pedaços (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011).

Assim, constrói-se a lógica do martírio e sobrevivência palestina. Nas falas de Burnat e outros manifestantes: “o preço é alto, mas é o meu destino” (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011). Essa é uma ilustração nítida da lógica do martírio que se caracteriza por encontrar na luta e na própria morte a solução para os problemas enfrentados, a defesa de uma causa em vista da liberdade negada em vida.

Essa frase merece um especial destaque. O que significa ser o destino dele? E qual é esse destino? Quando se tem a família, os amigos, a identidade, a vizinhança, a rua, a terra, a subsistência, a sobrevivência física, corporal e coletiva em jogo, a lógica do martírio se vê muito imbricada na lógica da sobrevivência.

Por fim, o assassinato de Phil deixa em evidência o aspecto de “morto-vivo” mbembiano (2018) a partir do medo que se assenta no espírito. Como retratado na epígrafe deste subcapítulo, o caso palestino é emblemático na ligação estreita da lógica do martírio e sobrevivência. Isso porque o sobrevivente, que está vivo, pretende e depende da morte do outro, por isso a deseja.

Há aqui a forte relação entre liberdade, terror e morte trabalhada anteriormente neste trabalho, já que a resistência é nada mais que a luta por essa liberdade que lhes foi retirada. Mas as consequências são duras no que diz respeito à política da morte.

E como isso é demonstrado globalmente? Em um cenário temporal de (suposta) valorização dos direitos humanos, com positividade universal de declarações, convenções e tratados internacionais em direitos humanos, como é possível conviver ao lado do que ocorre? Uma importante chave para entender isso é a invisibilização da luta e realidade dessas pessoas.

Essa é a diferença que se tem que ter em mente quando se estuda esse tipo de fenômeno, dado o orientalismo manifesto e latente que se evidencia nessas análises. A grande mídia que cria narrativas e se escora no entendimento que ela mesmo gera nas pessoas, no ocidente, auxilia nessa invisibilização.

A opinião pública israelense se escandalizou quando Saramago declarou que o que estava ocorrendo na Palestina era “um crime que podemos comparar com o que ocorreu em Auschwitz”. Amos Oz, israelense que posa de pacifista quando Israel não esteja em guerra, acusou Saramago de “antissemite” e de dar prova de uma “incrível cegueira moral”. A cegueira não está onde ele diz, mas em usar a memória das vítimas do extermínio hitleriano para encobrir o terrorismo de Estado israelense. Confirma-o a comparação entre os raríssimos filmes consagrados aos palestinos, vítimas de um dos mais torpes holocaustos do século e a portentosa produção cinematográfica financiada pelos sionistas, onde só têm valor as lágrimas judias (DE MORAES, 2009, p. 186-187).

Moraes (2009) faz uma proposta interessante que pode trazer uma ideia maior desse problema. Há uma comparação da sensibilização com a famosa foto do jovem dissidente liberal que se manifestou corporalmente para desviar a rota de tanques na Praça da Paz Celestial na China de 1989 e a vitimação de uma jovem estadunidense que fez um cordão humano com outros jovens para proteger casas de Salem, em Rafah.

No caso da Rachel Corrie, as escavadeiras *bulldozers* a atropelaram e a assassinaram. Ou seja, uma fotografia de máquinas desviando de um jovem gerou mais repercussão que a imagem do martírio enfrentado na situação palestina. Aqui, mais um exemplo da lógica do martírio nessa realidade. E a invisibilização por causa da escolha político-editorial midiática.

Figura 3: Fotografia do martírio de Rachel Corrie em moradias palestinas



Fonte: AL JAZEERA, 16 de março de 2013. Fotografia GALLO/GETTY¹⁹.

¹⁹ AL JAZEERA. **Honouring Rachel Corrie, 10 years on.** 16 de março de 2013. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2013/3/16/honouring-rachel-corrie-10-years-on>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

Sublinhe-se, nesse ponto, a crueldade da desproporcionalidade entre a escavadeira gigante e o escudo humano na forma da jovem Rachel. Como se não bastasse, houve a marcha a ré para a repetição do esmagamento, sem condolências posteriores.

Como conclusão, a certa colocação do professor da Universidade Estadual de Campinas “A Palestina é a linha de frente do combate contra o grande inimigo da emancipação humana: o imperialismo estadunidense e seus sócios [...] a tragédia palestina é uma das mais pesadas da humanidade e interpela a todos os que não perderam a capacidade de odiar o odioso” (DE MORAES, 2009, p. 189).

Desse cenário aparentemente paradoxal entre martírio e sobrevivência vem o nome do presente subcapítulo. Essa realidade é algo que a população palestina não tem escolha, controle ou liberdade, mas ao mesmo tempo é demonstrado que ela tem agência – dentro de limitações fortíssimas – nessas condições, em especial os personagens do documentário objeto do trabalho, na escolha pela resistência e pela luta.

CONCLUSÃO

De acordo com o presente trabalho, elaborado à luz da Teoria Crítica dos Direitos Humanos, foram discutidas as ideias sobre a necropolítica trabalhada pelo autor camaronês Mbembe (2018), no tocante ao que ele se refere às formas de poder e de dominação e como o necropoder se manifesta, bem como o biopoder, no sentido foucaultiano. Enquanto o primeiro possui o poder de incidir a política da morte sobre os grupos que vivem em determinado território, promovendo terror e extermínio sob a égide do soberano, o último estabelece uma cisão biológica entre os corpos que devem viver e os que devem morrer, assim como quem são os inimigos, a partir da lógica foucaultina (2005).

Fora também analisado o conceito de biopoder em sua relação com o estado de exceção e o estado de sítio, na medida que o racismo de Estado, dessa forma se vincula à fragmentação territorial e também ao desejo da morte do outro. Isso para entender e interpretar as lentes de Burnat, uma vez que é necessário observar a execução da política da morte em território palestino. É do filme (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011) que se apreende a ideia do que é a realidade do povo palestino e a violência colonial imposta pelo aparato bélico israelense.

Após uma extensa explicação dos conceitos jurídicos e filosóficos que o filme atravessa, entende-se que na região da Cisjordânia, onde o documentário se situa, ocorre uma absoluta dominação sobre todas as pessoas que vivem naquele território a partir da junção plena de poder disciplinar, biopolítica e necropolítica.

Com Agamben (2007), o trabalho aprofundou-se na teoria do estado de exceção cuja doutrina da soberania reside no poder do soberano de decidir sobre a suspensão da ordem jurídica vigente. Mbembe (2018) entende essa soberania como a capacidade de decidir sobre os corpos matáveis e o direito de matar. O autor deste trabalho concorda com o conceito de soberania vertical mbembiano (2018), ao elucidá-lo através do documentário (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011, 1:16:20) quando Phil, ferrenho militante da causa da derrubada da barreira, é morto pelos soldados israelenses. O ponto crucial deste trabalho é garantir que a luta palestina não se trata de dois Estados-Nações disputando com paridade de armas, mas sim do Estado de Israel ampliando fronteiras e vitimizando vilarejos palestinos com máquinas de guerra (MBEMBE, 2018, p. 54-55).

É na resistência da aldeia Bil'in que se sintetiza a lógica do martírio e da sobrevivência. Desde o momento em que aldeões se dispõem a viver e morrer pela terra, até aqueles que sobrevivem às investidas do aparato militar israelense. O Estado de Israel expande suas fronteiras e seu domínio, impondo restrições de passagem, de visita de familiares de aldeias vizinhas e impede todo um povo de cultura secular daquela terra, de transitar e manter relações sociais, ao mesmo tempo que alveja pessoas e destrói suas fontes de subsistência. É desta forma, portanto, que é possível visualizar a forma de agir do necropoder.

Quando é perguntado como “Cinco câmeras quebradas” revela no seu conteúdo e na sua forma de produção o significado de necropolítica, é entendido que toda sua concepção se dá no que Mbembe (2018) exemplifica como o modelo mais exemplar de violência colonial. Na ocupação israelense em território palestino onde ocorre a mais cruel forma de ocupação colonial contemporânea.

Imagine, portanto, leitor e leitora, se alguém venha a ser impedido de se locomover para uma cidade vizinha, como, por exemplo, em um trajeto como Rio e São Paulo, e forças bélicas além da sua capacidade de ingerência impedissem sua passagem. Do mesmo modo, no território tanto da Cisjordânia, quanto de Gaza, as decisões, tal como demonstradas neste trabalho, não são por sufrágio daqueles que residem no território em conflito, mas sim pelos seus agressores. Como demonstrado no presente trabalho, os conceitos de necropolítica e biopolítica são evidenciados e denunciados no documentário e por esta monografia.

O autor do trabalho também procurou entender a lógica palestina através de diversas fontes, tal como nos relatos de Omer (2017). Não apenas porque o objeto de estudo é o documentário (CINCO CÂMERAS QUEBRADAS, 2011), mas também porque para além disso há um interesse genuíno de evidenciar conceitos chave sobre as agressões sofridas pelo povo palestino.

Tendo em vista as técnicas demonstradas na teoria e na prática, pelos materiais teóricos e pelos relatos documentais, é possível verificar que as técnicas de necropolítica desencadeiam massacres destruidores de corpos e coesões territoriais, distinguindo radicalmente quem possui aparato bélico e o sobrevivente – em uma lógica que confunde a do martírio e da sobrevivência – ou massacrado. Em outras palavras, na Palestina não se trata de dois países brigando, disputando territórios e aquisições: são grupos armados contra grupos discriminados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

AL JAZEERA. **Honouring Rachel Corrie, 10 years on**. 16 de março de 2013. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2013/3/16/honouring-rachel-corrie-10-years-on>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. Wars os the Globalization Era. **European Journal os Social Theory**, v. 4, n. 1, 2001.

BBC NEWS BRASIL. **Sykes-Picot: o acordo secreto que está na raiz de conflitos no Oriente Médio**. 18 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRINGING 'FIVE BROKEN CAMERAS' TO ISRAELI YOUTH. [s/d] Disponível em: <<https://www.indiegogo.com/projects/bringing-five-broken-cameras-to-israeli-youth#home>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

CINCO CÂMERAS QUEBRADAS. Direção: Emad Burnat e Guy Davidi. Distribuidora: Kino Lorber. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5Ja0S9YIRys>>. Acesso em 04. jun. 2023.

COGGIOLA, Osvaldo. **Revolução e Contra-revolução na Palestina: Da Partilha Imperialista à Vitória do Hamas**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006.

DE AGUIAR, Héros Tamiozzo. Negociações entre palestinos e israelenses desde os acordos de oslo na década de 1990: avanços ou retrocessos?. **Revista de Iniciação Científica da FFC**-(Cessada), v. 16, n. 1, p. 3-14, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Capitalisme et schizophrénie**. Paris: Editions de Minuit, 1980, pp. 434-527.

DE MORAES, João Quartim. As conexões do sionismo com o colonialismo, o fascismo e o racismo. **Tensões mundiais**, v. 5, n.9, p. 167-192, 2009.

"Engenharia Reversa". **Black Mirror**. 3ª temporada, episódio 5. Netflix, 2016. Streaming.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Declaração da Independência de 1776**. Versão em português. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao_vpport.html>. Acesso em: 04. jun. 2023.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

_____. Colonialismo y violencia: bases para una reflexión pos-colonial desde los derechos humanos. **Revisão Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, pág. 21-40, 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1. **Declaração Balfour, as 67 palavras que há 100 anos mudaram a história do Oriente Médio**. 06 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/declaracao-balfour-as-67-palavras-que-ha-100-anos-mudaram-a-historia-do-orientes-medio.ghtml>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

_____. **Milícias alcançam tráfico e já ocupam metade das áreas controladas por grupos armados no RJ, diz estudo**. 13 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/13/milicias-alcancam-trafico-e-ja-ocupam-metade-das-areas-controladas-por-grupos-armados-no-rj-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

GALLARDO, Helio. **Direitos Humanos como movimento social**: para uma compreensão popular da luta por Direitos Humanos. Tradução de Fredson Oliveira Carneiro. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2019.

GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel. Repensando los derechos humanos desde las luchas. **Revista Culturas Jurídicas**, vol. 1, n. 2, Niterói, 2014.

_____. Hacia una teoría no-colonial de derechos humanos. **Revista Direito & Praxis**. Rio de Janeiro, Vol. 08, N.4, 2017, p. 3117-3143.

GOLDMAN, Lisa. "5 Broken Cameras" director: *There is no room for guilt - only taking responsibility*. 24 fev. 2013. Disponível em: <<http://972mag.com/director-of-5-broken-cameras-there-is-no-room-for-guilt-only-taking-responsibility/66642/#>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: Parte II. 13. ed. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Editora Companhia das Letras, 2006.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **30 anos depois dos Acordos de Oslo: “Esta terra não merece muros, mas a construção de pontes”.** Entrevista com Mahmūd Abbās, presidente da Palestina. 17 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627907-30-anos-depois-dos-acordos-de-oslo-esta-terra-nao-mercede-muros-mas-pontes-a-construir-entrevista-com-mahmud-abbas-presidente-do-estado-da-palestina>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LOSURDO, Domenico. **A Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2020.

MARÉ DE NOTÍCIAS ONLINE. **11ª Operação policial na Maré em 2023: helicóptero volta a amedrontar moradores**. 11 de maio de 2023. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/11a-operacao-policial-na-mare-em-2023-helicoptero-volta-a-amedrontar-moradores/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. **Políticas da inimizade**. trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

Memorando MacDonald. BRITISH GOVERNMENT. Statement of Policy, Cmd.6019 (1939). Apud: UNITED NATIONS. **The origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988**, Parte I, Cap. VIII.

OMER, Mohammed. **Em estado de choque: sobrevivendo em Gaza sob ataque israelense**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ONU. **Resolução n. 181 de 1947**. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/88/PDF/NR003888.pdf?OpenElement>>. Acesso em 04. jun. 2023.

ONU. **Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_217\(III\).pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_217(III).pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PALESTINIAN, Academic Society for the Study of International Affairs. **The Sykes-Picot Agreement**, 1996. Disponível em: <http://www.passia.org/maps/view/4>. Acesso em: 4. jun. 2023.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

_____. **A questão da Palestina**. Trad. Sonia Midori. São Paulo: UNESP, 2011.

SOCHACZEWSKI, Monique. O conflito israelo-palestino visto pelo cinema local. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 122-149, jul./dez., 2014.

THE HOLLYWOOD REPORTER. **Oscar-Nominated Palestinian Filmmaker Detained at LAX, Michael Moore Intervenes.** 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<https://www.hollywoodreporter.com/news/general-news/emad-burnat-detained-michael-moore-422616/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

TIME. **Violent Protests Mark Tahrir Square Uprising Anniversary in Cairo.** 25 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://time.com/3681648/tahir-square-anniversary/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

VEJA. **Oswaldo Aranha: o brasileiro por trás da partilha da Palestina.** 08 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/oswaldo-aranha-o-brasileiro-por-tras-da-partilha-da-palestina>>. Acesso em: 04. jun. 2023.